



RESOLUÇÃO Nº 077/2011 – CONEPE

Aprova o Projeto Político-pedagógico do Curso de Graduação de Pedagogia Intercultural, específico da Faculdade Indígena Intercultural, a ser executado no Campus Universitário de Barra do Bugres da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPE, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão do Conselho tomada na 3.^a Sessão Ordinária realizada no dia 10 de novembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar, nos termos e na forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Político-pedagógico do Curso de Graduação de Pedagogia Intercultural, específico da Faculdade Indígena Intercultural, a ser executado no Campus Universitário de Barra do Bugres da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

Parágrafo Único: O curso de que trata o caput deste artigo será ofertado em uma turma única, com 50 (cinquenta) vagas, realizando-se um único vestibular para entrada de alunos.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura e tem seus efeitos retroagidos à 01/07/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em Cáceres-MT, 10 de novembro de 2011.

Prof. Ms. Adriano Aparecido Silva

Presidente do CONEPE



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONEPE



ANEXO

RESOLUÇÃO Nº 077/2011 – CONEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO DE PEDAGOGIA
INTERCULTURAL**



BARRA DO BUGRES – MT

MAIO/2011



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 Histórico da Faculdade Indígena Intercultural	5
1.2 Educação Escolar Indígena no Brasil e em Mato Grosso	7
1.3A luta por uma educação escolar diferenciada	13
1.4Justificativa	16
1.5 Organização Didático-Pedagógica	18
1.5.1 Da Faculdade Indígena Intercultural	18
1.5.2 Diretor da Faculdade	18
1.5.3 Metodologia.....	18
1.6 Avaliação	20
1.7 Perfil do Egresso	22
1.8 Objetivos do Curso de Pedagogia	23
2 ESTRUTURA CURRICULAR	23
2.1 Matriz Curricular	25
2.2Ementas e Bibliografias	30
3 CORPO DOCENTE	54
3.1 Políticas de Aperfeiçoamento e Capacitação do Corpo Docente	54
3.2 Titulação do Corpo Docente	55
4 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL	56
4.1 Instalações físicas da sede administrativa.....	56
4.1.1 Equipe Administrativa e Pedagógica	57
4.1.2 Equipamentos gerais e de informática	57
4.1.3 Acervo Documental e Etnográfico	58
4.2 Instalações físicas do <i>Campus</i>	59
4.2.1 Laboratórios	59
4.3 Biblioteca	60
5 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A F.I.I.	64
5.1 Publicações	64
5.1.1 Série Institucional	64
5.1.3 Série Experiências Didáticas.....	68
5.1.4 Série Práticas Interculturais.....	70



5.1.5 Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos dos Povos Indígenas .	72
5.2 Banco de dados informatizado	74
6 BIBLIOGRAFIA	77
7 ANEXOS	79
7.1 ATOS NORMATIVOS	79



1 INTRODUÇÃO

1.1 Histórico da Faculdade Indígena Intercultural

O Estado de Mato Grosso abriga em seu território quarenta e duas etnias e cerca de cinco mil índios que lhe conferem características de um Estado pluricultural e multilinguístico. Essas etnias há muito tempo lutam pela implementação de programas educacionais específicos, diferenciados e voltados para o seu cotidiano, dentre eles, a qualificação e habilitação em nível superior dos professores que trabalham nas escolas das aldeias.

Sensível a essas demandas e incentivado pelas Universidades e por entidades da sociedade civil, o Governo do Estado, por meio do Decreto Nº 1.842, de 21 de novembro de 1997, criou uma Comissão Interinstitucional e Paritária, composta por representantes das sociedades indígenas e de órgãos públicos estaduais e federais, com o objetivo de elaborar um anteprojeto de cursos de licenciaturas para a formação de professores indígenas.

Assim, numa primeira etapa dos trabalhos, a Comissão encampou o desafio de elaborar uma proposta preliminar que, uma vez concluída, foi distribuída entre professores, lideranças e representantes do Conselho de Educação Escolar Indígena, bem como entre dezenas de instituições públicas e educacionais do estado e do país, para apreciação e complementações.

Numa segunda etapa, a Comissão passou a analisar as proposições recebidas das comunidades indígenas, das instituições e de pessoas interessadas, e buscou definir os contornos finais do Projeto. Nesse processo contou com a participação de consultores vinculados a diferentes instituições bem como com o apoio político e institucional de organismos governamentais e não-governamentais de âmbito regional, nacional e internacional.

Fruto do esforço individual e coletivo de inúmeras pessoas, instituições e comunidades indígenas que acreditaram e acreditam na possibilidade de se construir novos caminhos para a educação escolar, é que nasceu a proposta de Cursos de Licenciatura Específica para a Formação de Professores Indígenas, que hoje conta com quatro turmas duas já graduadas e duas em estudos tornando-se uma referência nacional.



Os cursos tiveram início oficialmente em 2001, como Projeto de Formação de Professores Indígenas - 3º Grau Indígena, com a realização do Vestibular e o início das aulas no mês de julho, para a 1ª Turma. Em janeiro de 2005 tiveram início as aulas para a 2ª Turma dos cursos.

No período compreendido entre 2002 e 2004 foi ofertada uma especialização *Lato Sensu* em Educação Escolar Indígena, que contou com a participação de interessados de diferentes instituições que atuam na questão indígena, além de professores indígenas já graduados. Entre 2008 e 2009 uma turma só de professores indígenas concluiu a especialização em Educação Escolar Indígena. Em 2010 tem início a terceira turma de pós-graduação com previsão à concluir em janeiro de 2012.

Em junho de 2006, a 1ª Turma de graduação concluiu as atividades do curso, sendo realizada a Colação de Grau e a entrega dos diplomas de licenciados a 186 professores indígenas.

Considerando a necessidade de fortalecer as ações desenvolvidas pela UNEMAT em prol da Educação Superior indígena em Mato Grosso, em agosto de 2007, o Projeto 3º Grau Indígena foi transformado no Programa de Educação Superior Indígena Intercultural - PROESI. Em janeiro de 2008 iniciaram as aulas para a 3ª Turma dos Cursos de Licenciatura. Em maio de 2011 é realizado o vestibular da 4ª turma de graduação.

Em 2009 por meio da Resolução *Ad Referendum* nº 018/2009 CONSUNI, é criado a Faculdade Indígena Intercultural com o objetivo a execução dos Cursos de Licenciaturas Plenas e de Bacharelado, com vistas à formação em serviço e continuada de professores e profissionais indígenas; abertura de vagas nos cursos regulares de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*; cursos de formação continuada, acompanhamento de acadêmicos indígenas nos cursos de graduação e administração do Museu Indígena a ser implantado.

Nunca é demais ressaltar que essa conquista é resultado de um árduo trabalho coletivo das instituições parceiras com o movimento dos professores indígenas, possibilitando assim colocar em funcionamento três cursos de licenciatura. Esses cursos têm como princípio a busca pela afirmação das identidades étnicas, dos processos



próprios de ensino-aprendizagem e da luta por uma educação de qualidade que atenda aos anseios dos povos indígenas.

Por tratar-se de uma proposta de educação específica e diferenciada na formação de professores indígenas, consideramos importante conhecer, ainda que breve, um pouco da história da educação escolar indígena em nosso país e da luta pela educação específica e diferenciada no estado de Mato Grosso. Sendo assim, apresentamos a seguir algumas considerações acerca destes temas.

1.2 Educação Escolar Indígena no Brasil e em Mato Grosso

As primeiras experiências escolares com os 'indígenas brasileiros' datam do início da colonização portuguesa, no século XV, e ocorrem num contexto em que o poder político-econômico e a evangelização eram indissociáveis. A *cruz* e a *espada* corporificavam e consolidavam os interesses da sociedade portuguesa em todas as suas colônias e muito particularmente no Brasil. Neste contexto, coube aos jesuítas o papel de realizar a catequese dos índios e promover a educação escolar em geral.

Como a catequese se propunha a transformar o índio num cidadão português, conferiu-se atenção especial aos jovens masculinos, futuros pregadores e principais instrumentos de disseminação da cultura e dos interesses da coroa portuguesa junto aos seus respectivos povos. A estratégia para alcançar esse objetivo consistia em afastá-los do convívio familiar e submetê-los à educação rigorosa e aos valores da sociedade europeia cristã.

Portanto, até a época de Pombal, a tarefa educacional e civilizatória coube aos missionários e teve como principal propósito submeter os indígenas aos ditames da metrópole portuguesa e disponibilizá-los ao mercado de trabalho. A legislação, por seu turno, procurou resolver os problemas de escassez de mão-de-obra, permitindo a sua captura e a escravização.

A independência política e o advento da monarquia no Brasil não trouxeram mudanças significativas na área educacional em relação aos índios. A educação continuou sendo realizada nos moldes tradicionais da catequese e da civilização, agora não mais pelos jesuítas, mas por outras ordens e congregações religiosas.



A primeira Constituição brasileira, outorgada em 1824, ignorou completamente a existência das sociedades indígenas e, conseqüentemente, a diversidade étnica e cultural. O Ato Institucional de 1834 designava como sendo de competência das Assembleias das Províncias a tarefa de promover a catequese e de agrupar os índios em estabelecimentos coloniais, facilitando, com isso, a apropriação de suas terras.

O Período Republicano representou uma continuidade em relação à fase anterior, ou seja, não ocorreram mudanças significativas no âmbito da política educacional indígena. Na Constituição de 1891 as questões indígenas foram completamente ignoradas.

No presente século, a relação do Estado brasileiro com as sociedades indígenas estabeleceu-se a partir da *política de integração*, em que o “índio” era reconhecido apenas em caráter provisório, ou seja, enquanto estivesse sendo preparado para ingressar na “civilização”. Tal política apontava para o fim da diversidade étnica e cultural, pois reconhecia essa diversidade apenas enquanto um estágio de desenvolvimento que se concluiria com a incorporação do índio à sociedade nacional. Fundava-se, portanto, na falsa ideia/crença de que a humanidade passaria necessariamente por um único processo evolutivo do qual a civilização ocidental representaria o estágio mais avançado.

O principal marco dessa política foi a criação, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais - SPI, mais tarde denominado simplesmente Serviço de Proteção aos Índios (SPI), cujo objetivo principal foi a centralização da política indigenista e a implementação de uma estratégia de ocupação territorial do país, através das linhas telegráficas. O SPI também marcou profundamente as relações entre Igreja e Estado: a política de *catequese* passou a coexistir com a política de *proteção*, disputando a hegemonia do trabalho de assistência aos índios.

No conjunto de ações destinadas a promover a integração dos indígenas, a educação escolar buscava cumprir duplo papel: difundir os valores que visavam ao fortalecimento da unidade nacional (monolíngue) e capacitar mão-de-obra para a agricultura e pecuária.

A partir dos anos 50, debateu-se a necessidade de repensar o perfil das escolas indígenas, mas as alterações propostas restringiram-se à adequação do ensino regular às diferentes fases do contato entre os “índios” e a “civilização”. Embora professasse o



respeito à realidade concreta de cada etnia, não representava um questionamento à ideia da integração. (Cunha, 1992).

Na década de 60, foram incorporados alguns avanços à política indigenista, com a adoção pelo Brasil da Convenção nº 107 da OIT, sobre populações indígenas e tribais, seja pela aprovação da Lei nº 6.001 (Estatuto do Índio), bem como da Portaria FUNAI nº 75/N, sobre o ensino bilíngue. O Summer Institute of Linguistics – SIL, presente no Brasil desde 1953, firma convênios com a FUNAI e amplia os trabalhos linguísticos e escolares no interior de dezenas de aldeias indígenas.

Os anos 70 marcaram um período de experiências contraditórias na área da educação escolar indígena. Parcelas influentes do aparelho estatal e diferentes instituições religiosas e indigenistas opuseram-se ao antigo receituário integracionista e à presença do SIL em áreas indígenas e defenderam uma escola norteada pelo respeito às culturas indígenas e aos seus projetos de futuro.

Paralelamente, os índios iniciaram os primeiros movimentos de organização própria, a busca de representação e a defesa dos seus interesses. Diversas organizações indígenas e entidades comprometidas com a temática passaram a combater o regime militar e se organizaram para fazer frente à ação do “Estado integracionista”. Ao mesmo tempo em que se organizavam politicamente, no sentido de defender os direitos à posse dos territórios indígenas, debateram as bases de uma escola pautada pelo respeito às formas próprias de organização sociocultural das sociedades indígenas, em franca oposição à política de integração. Nesse particular, tiveram relevante destaque as experiências desenvolvidas por organizações não-governamentais junto aos índios do Acre e Amazonas.

A Constituição de 1988 trouxe em seu bojo conquistas significativas no que concerne aos direitos indígenas. Foi reconhecido o direito de organização, de manifestação lingüística e cultural, de ser e de viver segundo o seu próprio projeto societário. O texto constitucional rompeu, portanto, com a política integracionista de homogeneização cultural e étnica e estabeleceu um novo paradigma, baseado na possibilidade de pluralismo: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições...” (art. 231).



A nova ordenação jurídica rompeu com o monopólio da FUNAI na condução e na oferta da educação escolar indígena, repassou ao MEC a coordenação de ações e envolveu os estados e municípios na sua implementação (Decreto 26/91).

Em 1994, o MEC divulgou oficialmente o documento "Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena", definindo os parâmetros para atuação das diversas agências, e estabeleceram-se os princípios para a prática pedagógica em contextos de diversidade cultural.

Mais recentemente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, reforçou a legislação educacional disposta na Constituição Federal, incentivando o desenvolvimento de uma educação intercultural, com a finalidade de proporcionar às sociedades e comunidades indígenas o seu reconhecimento perante as demais sociedades índias e não-índias.

Foi no seio dessas modificações que se abriram as possibilidades de se pensar a educação indígena fora da religião e da doutrina humanitária positivista que, até então, haviam norteados a atuação indigenista. Nesta nova perspectiva, os objetivos educacionais se voltaram para a valorização dos "intelectuais autóctones", para a formação de professores indígenas, para a elaboração de programas, currículos e materiais específicos que diziam respeito à língua materna e aos processos próprios de aprendizagem, servindo como base para a implantação de escolas voltadas para os assuntos socioeconômicos e culturais das sociedades indígenas.

A pressão dos movimentos indígenas, a ruptura na legislação e a mobilização da sociedade criaram, portanto, as condições para uma nova prática escolar, desta feita entendida como instrumentos de defesa e afirmação dos interesses dos povos indígenas.

Como parte do processo de escolarização imposto aos índios ao longo de quinhentos anos, o que ocorreu em Mato Grosso não se diferenciou dos demais estados.

Aqui, a primeira escola imposta a uma comunidade indígena, no final do século XIX, também expressava a antiga aliança entre o Estado e a Igreja, esta última representada não pelos padres jesuítas, mas pelos salesianos.

Segundo Bordignon (1987) tal iniciativa deu-se a pedido do então presidente do estado, Manuel José Murtinho, e objetivava manter reunidos em colônias militares os



índios Bororo que haviam deposto as armas e aceito o batismo cristão. A partir de então, diversas outras escolas foram implantadas. Em 1902, os salesianos fundaram uma “missão própria” para os Bororo e, posteriormente, para aos Xavante, trabalhos estes que se mantêm até os dias atuais.

A segunda vertente educacional dirigida às populações indígenas em Mato Grosso foi introduzida pelos militares positivistas capitaneados por Rondon e pelo então – SPILTN. Utilizando-se das instalações das principais estações telegráficas e do processo de ocupação dos rios Teles Pires e Araguaia, a partir de 1910 foram mantidas em funcionamento, de forma intermitente, diversas escolas destinadas aos índios Bakairi, Bororo, Paresi e Nambikwara e aos filhos dos trabalhadores das linhas e dos postos indígenas, bem como viabilizadas acomodações para que estudantes indígenas pudessem estudar em Cuiabá. Darlene Taukane (1996) registra a criação da primeira escola para os Kurâ-Bakairi no ano de 1922 e, na mesma década, a instalação da primeira missão protestante (a South American Indian Mission), que atuaria também com a educação escolar.

A partir da década de 30, seguindo no rastro da linha telegráfica de Rondon (já em plena decadência), mais duas instituições religiosas passaram a disputar o controle educacional e religioso dos povos indígenas da região. Os missionários evangélicos da Inland South American Union – ISAMU, marcaram presença entre os Nambikwara e em Utiariti (1930-1946) e os missionários jesuítas da Missão Anchieta e as irmãs da Imaculada Conceição mantiveram, por quase quarenta anos, a hegemonia em trabalhos escolares, de saúde, economia etc., junto a diversos povos indígenas do médio-norte do estado.¹

A partir dos anos 60, missionários evangélicos de diferentes confissões voltam a atuar pontualmente com a educação escolar, quase sempre associada a trabalhos linguísticos e de tradução de textos religiosos. Destacaram-se especialmente as atividades do Summer Institute of Linguistics e/ou Sociedade Internacional de Linguística – SIL, junto aos Nambikwara, Paresi, Rikbaktsa, Karajá, Xavante, Bakairi e Waurá.

¹ Especificamente na área da educação, vale destacar a escolarização de centenas de jovens e crianças Rikbaktsa, Paresi, Irantxe e Nambikwara no internato de Utiariti e em estruturas semelhantes mantidas no Tatuí (Rio dos Peixes) para índios Apiaká, Kayabi e Mundurukú, e no Barranco Vermelho (Rio Juruena) para índios Rikbaktsa.



Nas décadas de 1970-80, outras agências entrariam no cenário da educação escolar indígena. A FUNAI manteve, de forma intermitente, a oferta de educação escolar para os povos do Xingu e em aldeias Nambikwara, Bakairi, Paresi, Bororo e Xavante. Os indigenistas e missionários da OPAN e CIMI marcaram presença junto às escolas Tapirapé, Karajá, Rikbaktsa e Myky. As prefeituras municipais criaram escolas e contrataram professores em diversas aldeias. A Secretaria de Estado de Educação passou a cobrir gastos com infra-estrutura e pagamento de pessoal de algumas escolas indígenas.

Todas essas iniciativas, porém, desenvolveram-se de forma desarticulada, quando não eram concorrentes, embora expressassem, em termos gerais, o mesmo ideário integracionista.²

Era preciso, portanto, mudar essas práticas, avaliá-las, conferir-lhes um caráter de política pública, e encaminhá-las de forma que viessem a atender aos interesses desses povos.

Com esse intuito, foi criado em 1987 o Núcleo de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso – NIE /MT, caracterizado como *“um fórum de discussões sem caráter oficial entre as diversas instituições e ONGs envolvidas, com a finalidade de otimizar os recursos humanos e financeiros, garantindo a participação das comunidades e representantes indígenas para traçar em conjunto as diretrizes da política de educação indígena no Estado”* (SEE, 1994).

A instalação e funcionamento do NEI/MT marcou época, especialmente por constituir-se num fórum com a participação de todos os segmentos sociais interessados pela temática educacional, e por oportunizar o debate acerca do *pensar* e do *fazer* a educação escolar indígena. A partir desse “balizamento” preliminar foi possível construir as bases de um órgão interinstitucional e com participação indígena paritária, agora de caráter oficial, que iria coordenar todas as atividades de educação escolar indígena no estado: o *Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso – CEI/MT*.

Embora limitado por circunstâncias próprias do convívio com o poder público, o CEI/MT daria uma nova dinâmica às discussões acerca da escola indígena e consolidaria uma política de atendimento escolar ancorada em projetos de duração permanente e com caráter específico e diferenciado.

² Ressalva seja feita aos trabalhos do CIMI e OPAN, cuja doutrina inspirava-se no “encarnacionismo”.



1.3A luta por uma educação escolar diferenciada

A educação escolar já faz parte do cotidiano da maioria das comunidades indígenas da América Latina. No entanto, a história demonstra que, nesses países, o interesse pelos assuntos indígenas tem obedecido a uma ordem hierárquica e retórica que prioriza os aspectos políticos – reconhecimento da própria diversidade, território etc. – , os aspectos econômicos e só por último as atividades educacionais, assim mesmo, desconectadas dos (raros) processos de participação democrática e de desenvolvimento econômico (Muñoz, 1998).

No Brasil, tal realidade assume características desafiantes, especialmente se considerada a multiplicidade étnica e a baixa concentração demográfica, ingredientes historicamente utilizados para justificar a não: implementação de políticas específicas e diferenciadas para os povos indígenas.

Agora, passados quinhentos anos sem considerar a imensa sócio diversidade nativa, finalmente somos impelidos a incluí-la no rol das políticas públicas brasileiras (Ricardo, 1995). Todavia, os canais de investigação e divulgação dos assuntos indígenas, embora diversificados, via de regra restringem-se a fragmentos dessa realidade dinâmica e complexa.

Os trabalhos científicos, as publicações da imprensa e as próprias produções indígenas não têm sido suficientes para dar visibilidade à diversidade das culturas autóctones (CEI/MT, 1997).

No âmbito da legislação específica, a partir da Constituição de 1988, vislumbraram-se novas possibilidades de ordenamento das relações pluriétnicas e multisocietárias que convivem no interior do Estado brasileiro. A própria Constituição rompeu com uma longa tradição, em que os índios eram tratados como “categoria transitória”, e afirmou o direito à alteridade cultural (Grupionni, 1999).



No campo da educação escolar, foram editadas diversas medidas jurídicas e administrativas visando a aperfeiçoar a legislação já existente, bem a como viabilizar direitos expressos na Constituição.³

Como fruto dessa reorganização do Estado, e atento à demanda de participação dos movimentos indígenas e de outros segmentos da sociedade civil, o MEC instituiu um Comitê Assessor, instância que trataria das “diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena” e que, em síntese, defendia a instituição da *escola indígena* “específica, diferenciada, bilíngüe e intercultural” pautada pelo “respeito à diversidade” e aos “processos pedagógicos próprios...”.

Contemporâneos ao processo de reordenamento do Estado, - e em muitos casos conflitando ou cooperando com ele – as organizações indígenas e do chamado “indigenismo paralelo” ampliaram os seus movimentos associativos e reivindicatórios, bem como as formas de pressão, alianças e representações. Passaram a cobrar do poder público respostas mais efetivas e duradouras para suas necessidades. Fizeram incluir nos seus assuntos a temática da educação escolar, tendo como referente “a escola que conhecemos e a escola de que precisamos”. Organizaram diversos eventos de deliberações coletivas, nos quais ratificaram o desejo a uma educação escolar diferenciada e que atendesse aos seus interesses.

Nessas ocasiões, buscaram definir o perfil específico da escola indígena ou, dito de outra forma, construir uma escola indígena que viesse a atender às necessidades imediatas e a contribuir para a definição do projeto de futuro de cada povo.

Mais recentemente, por ocasião da Conferência Ameríndia de Educação e do Congresso de Professores Indígenas do Brasil (Cuiabá, novembro de 1997), os quase setecentos professores, pertencentes a oitenta e quatro etnias, reiteraram o propósito de defender uma escola diferenciada para as suas sociedades e de “*vigiar as iniciativas institucionais voltadas para a Educação Escolar Indígena, evitando a invasão dos espaços de decisão próprios de cada cultura*”(Carta de Cuiabá. *In*: Ameríndia, 1998).

³ Especialmente a adequação do Estatuto do Índio, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o já citado Decreto 26/91 e a Portaria Interministerial nº 559/93, que, respectivamente, transferiu ao Ministério da Educação e do Desporto a competência para coordenar as ações de educação indígena e as normatizou. Além deles, tramita no Congresso o Plano Nacional de Educação e o Estatuto das Sociedades Indígenas.



Portanto, da parte dos índios, e muito especialmente entre os professores, consolida-se o entendimento de que a construção do projeto político e pedagógico das escolas indígenas deva ser ancorada na sua especificidade e autonomia. Um segundo ponto a ser destacado diz respeito à necessidade de se implementar um amplo programa de formação docente. Entre as quinze proposições da Carta de Princípios, sete tratam da responsabilização do poder público para com a formação dos professores indígenas.

Esse mesmo desejo foi constatado também em Mato Grosso quando da realização do primeiro diagnóstico da realidade escolar de âmbito estadual (Secchi, 1995). Além da formação de professores, foram indicadas suplementarmente outras prioridades, como o acompanhamento pedagógico, implantação e manutenção da rede física, contratações, fornecimento de materiais didáticos e merenda escolar diferenciados etc.

Apesar de tantas evidências quanto à necessidade de formação docente, as iniciativas desenvolvidas no Brasil encontram-se ainda em fase embrionária, quando não se tratam de “cursos” desconexos e descontínuos. Urge, portanto, implementar programas extensivos a todas as sociedades indígenas que contemplem conteúdos curriculares, metodologias de ensino, materiais didáticos etc., adequados aos seus interesses. O Programa de Formação de Professores Indígenas de Mato Grosso foi concebido e está sendo implementado a partir desse entendimento. Busca atender a todas as demandas educacionais por meio de projetos específicos e diferenciados, elaborados, implementados e avaliados por todos os segmentos envolvidos com a educação escolar indígena.

A partir de 1996, iniciou-se o Projeto Tucum, dirigido a duzentos professores de onze etnias, cuja conclusão da formação em nível médio (Magistério) ocorreu no ano de 2000.

De modo similar, em 1997, o projeto Pedra Brilhante/Urucum, dirigido aos professores indígenas de 17 etnias do Xingu, cuja conclusão (Magistério) foi realizada entre os anos 2001 e 2003.

O Programa caracteriza-se, portanto, pela oferta de *cursos de formação em serviço*, isto é, os professores-cursistas desenvolvem atividades docentes nas escolas das aldeias e os conteúdos curriculares dos cursos são organizados de forma a acompanhar ao progressivo desenvolvimento de seus alunos.



Dando continuidade ao processo de formação, impõe-se agora a organização de cursos superiores voltados para as séries/ciclos finais do Ensino Fundamental e para o ensino de nível médio, que se vêm implantando em diversas escolas indígenas. Tal demanda representava, no ano 2000, um contingente de aproximadamente 200 novos professores indígenas, que atendiam a mais de cinco mil e quinhentos alunos, oriundos das escolas das aldeias ou de outras, localizadas em vilas e cidades circunvizinhas.

A oferta de cursos superiores específicos para professores indígenas representa a possibilidade de atendimento adequado a essa clientela, como também a continuidade do processo de formação dos atuais e dos novos professores que comporão o corpo docente indígena em Mato Grosso.

1.4 Justificativa

O programa de formação de professores indígenas de Mato Grosso, em nível superior, desenvolvido pela Faculdade Indígena Intercultural, está calcado numa práxis pedagógica que respeita as formas tradicionais de organização social e cosmológica dos povos ameríndios e os modos próprios com que produzem e transmitem seus conhecimentos. Portanto, fundamenta-se na interculturalidade, trilha pelos caminhos da intersubjetividade e da percepção de outras lógicas, e instiga o educando a interpretar os conteúdos e as práticas a partir da sua própria concepção de mundo (Bandeira, 1997b).

O curso de Pedagogia Intercultural vem ao encontro das expectativas dos povos indígenas, têm como ponto de partida e de chegada o que pensam e o que esperam tais povos da educação escolar, e proporciona o diálogo entre as culturas.

Longe de ser instrumentos de alienação “reprodutivista, etnocentrista ou integracionista” o Curso busca reelaborar os processos históricos e atuais dos contatos interculturais e fortalecer a consciência de índios-cidadãos que mantêm as suas culturas, línguas e os seus projetos societários.

Embora nem sempre expressa da forma adequada, essa tem sido também a perspectiva adotada na atual legislação escolar. Nela, o sistema nacional e as agências de fomento à cultura e de assistências aos índios devem desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa com o objetivo de *“1º) proporcionar aos índios, suas comunidades e povos a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências; 2º) garantir aos índios, suas*



comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias" (LDB, Art. 78). Tal determinação encontra foro também no interior dessas comunidades e hoje representa uma das maiores reivindicações dos povos ameríndios.

Enquanto implementação de políticas públicas no campo da educação diferenciada, os cursos superiores para a formação de professores indígenas representam uma necessidade inadiável.

O modelo de atendimento individualizado utilizado até aqui para acomodar a demanda de educação escolar indígena deve ser imediatamente substituído por novas estratégias que assegurem a oferta de ensino regular nas próprias aldeias e garanta às sociedades indígenas o direito a uma educação específica, diferenciada e em todos os níveis. É preciso democratizar o acesso e garantir o percurso escolar a todos os interessados.

A principal iniciativa nesse sentido é a implantação de cursos de formação de professores indígenas para que possam atuar em todo o ensino fundamental e médio. Dela resultará uma série de desdobramentos, dentre os quais destacamos:

1) A formação intensiva, contínua e sistemática dos professores indígenas assegura a melhoria do aprendizado dos alunos. Isso não significa apenas a continuidade da escolarização, mas o desafio da construção de um novo modelo de escola que garanta a qualidade e a especificidade do ensino;

2) A maneira empírica e artesanal com que são dirigidas as atuais escolas indígenas poderá dar lugar a formas mais adequadas de gestão que incorporem os etnoconhecimentos e estratégias pedagógicas próprias de cada povo;

3) A possibilidade de reordenar as atividades de ensino e pesquisa nos campos da Matemática, Linguística, Antropologia, Arte Indígena, Etno História, Biologia etc., por meio da apropriação de métodos e técnicas atualmente restritas aos agentes externos;

4) O domínio de procedimentos técnicos específicos na área de gerenciamento de projetos e de recursos, setores considerados estratégicos para a autonomia e autodeterminação dos povos indígenas;

5) A possibilidade de construção de um projeto político e pedagógico adequado às características específicas de cada comunidade, como forma de contrapor-se aos projetos



educacionais homogeneizantes e integradores que suplantam a diversidade etnolinguística e cultural e contribuem para o enfraquecimento das populações indígenas.

1.5 Organização Didático-Pedagógica

Identificação: Curso de Pedagogia Intercultural

Modalidade: presencial

Regime: semestral

Número de vagas: 50

Turno de funcionamento: integral

Duração: 5 anos

1.5.1 Da Faculdade Indígena Intercultural

A Faculdade Indígena Intercultural, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, é o órgão executivo, responsável pela coordenação dos cursos de formação de professores indígenas ministrados pela instituição. É de sua competência a formulação, execução e avaliação do projeto institucional de formação de professores indígenas responsabilizando-se pelo projeto pedagógico do curso de Pedagogia, que tem por finalidade a formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação básica.

1.5.2 Diretor da Faculdade

O diretor da Faculdade Indígena, Prof. Dr. Elias Renato da Silva Januário, foi designado para a função por meio de Portaria nº 494/2009, homologada através da Resolução nº 021/2009 Ad Referendum do CONSUNI.

1.5.3 Metodologia

Os cursos possuem uma metodologia voltada para a formação em serviço. Cada semestre letivo é constituído pelas seguintes etapas:



Etapa de Planejamento e Formação

Em decorrência das especificidades dos cursos, é preciso que os profissionais que neles atuam compartilhem suas experiências, reorientem suas práticas, enfim, aperfeiçoem o seu fazer pedagógico para atender aos estudantes indígenas de diferentes etnias. A formação dos profissionais que atuam como docentes nos Cursos de Licenciatura ocorre sempre antes do início de cada período de atividades presenciais, denominada de “Etapa de Planejamento e Formação”. Dela participam, além da equipe coordenadora dos Cursos, os docentes e assessores que atuarão durante o semestre letivo. Tem duração média de uma semana (40 horas), objetivando debater e planejar os conteúdos e as estratégias a serem adotadas durante o período letivo.

Sendo assim, a Etapa de Planejamento e Formação é parte fundamental dos cursos, quer por responder às demandas inerentes a cada período letivo, quer por formar e disponibilizar em nossas instituições um quadro de docentes e assessores especializados em educação escolar indígena.

Etapa de Estudos Presenciais

De caráter presencial e trabalho intensivo, a Etapa de Estudos Presenciais ocorre semestralmente, nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto, coincidindo com o período de férias e recessos escolares dos cursistas. As etapas presenciais acontecem no *Campus* Universitários da UNEMAT, de Barra do Bugres, onde são ministradas 280 horas-aula, distribuídas em 08 horas diárias de estudo, além de atividades complementares realizadas no período noturno. Esta etapa tem como objetivo a reflexão acerca dos processos pedagógicos que compõem a *práxis* escolar e os conteúdos das diversas Áreas de Conhecimento que integram o currículo do curso de Pedagogia.

Etapa de Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa - Intermediária

Consiste na etapa que ocorre nos períodos intermediários entre uma etapa intensiva e outra, possibilitando aos cursistas conciliarem suas atividades docentes na escola com as atividades do curso de formação (preparo de seminários, leituras, pesquisas, exercícios). Desse modo, a *práxis* docente e o processo de formação ocorrem simultaneamente, num contínuo exercício de comunicação dialógica.



No decorrer dessa etapa, serão desenvolvidas atividades referente ao Estágio Supervisionado e atividades prática-teórica denominada na matriz do curso como Estudos na Aldeia.

1.6 Avaliação

A avaliação da Faculdade Indígena Intercultural e de seus Cursos é vista como uma ação fundamental da atual política de educação escolar.

Trata-se da oportunidade de tomar decisões sobre o encaminhamento dos trabalhos, tendo em vista a construção do projeto político e pedagógico de cada comunidade indígena.

No que diz respeito ao curso de Pedagogia Intercultural, tal estratégia não é diferente. A avaliação permanente e continuada é condição fundamental para a tomada de decisões ao longo do processo de desenvolvimento curricular e constitui-se parte integrante dessa atividade.

A avaliação não deverá ser entendida como um objeto de tensões e de inseguranças, mas como um processo contínuo, em que todos envolvidos, em todas as atividades, são avaliados (não apenas os cursistas e o resultado de seus trabalhos, mas também os docentes dos cursos, as etapas dos cursos, o projeto de formação, etc.). A avaliação constituir-se-á na oportunidade de observar e avaliar os avanços e os empecilhos que no decorrer do curso, possibilitando, assim, definir as ações mais adequadas para alcançar os objetivos propostos. Para tanto, o processo de avaliação deve estender-se a três níveis de ação:

Avaliação da Faculdade Indígena Intercultural no Âmbito da Formação

Essa avaliação deverá ser assumida pelas instituições proponentes e executoras do curso, por meio de suas respectivas coordenações e assessorias e por representação externa a Faculdade Indígena. Deverá levar em conta, por um lado, a contribuição dos Cursos na consecução dos objetivos da Faculdade e, por outro, os avanços obtidos na construção da "escola indígena", entendida aqui como o projeto de educação escolar do interesse de cada comunidade específica.

Concretamente, a avaliação deverá expressar o grau de realização da política de formação, manifesta em indicadores tais como: democratização de acesso e percurso dos



alunos indígenas em escolas específicas e diferenciadas; participação e envolvimento das comunidades no processo escolar; consolidação das parcerias entre o poder público e as organizações indígenas e não-governamentais, dentre outros.

Avaliação dos Cursos no Âmbito da Escola

Tem por finalidade avaliar o impacto dos Cursos de Formação no cotidiano das escolas indígenas. Será desenvolvido, especialmente ao longo dos períodos de atividade docente do cursista que se estendem entre uma etapa intensiva de formação e outra.

A estreita vinculação entre os Cursos de Formação e as escolas indígenas sugere a necessidade de que as universidades e demais instituições participantes da Faculdade implementem projetos específicos de pesquisas e assessoramentos nas escolas das aldeias.

Avaliação dos Cursistas no Âmbito do Curso e do seu Trabalho Docente

Trata-se da avaliação do cursista no seu processo de ensino-aprendizagem, como também da sua atuação pedagógica de professor (RCNEI/MEC). Deve, portanto, estender-se desde o planejamento dos trabalhos acadêmicos até o desenvolvimento efetivo da sua prática docente.

A avaliação neste âmbito tem sentido de investigação e dinamização do processo de construção do conhecimento. Consiste na reflexão permanente dos professores e cursistas sobre a sua ação docente individual e coletiva, visando criar no curso uma dinâmica de formação de qualidade crescente. Tal dinâmica funda-se na indissociável relação teoria/prática manifesta-se em três perspectivas de avaliação:

- a) do processo de discussão acerca das possibilidades e limites da educação escolar indígena no contexto histórico, político, econômico e cultural atual;
- b) do processo de aprofundamento acerca de conhecimentos teóricos e metodológicos inerentes aos cursos e do nível para o qual a sua formação se dirige; e
- c) da capacidade de organizar o seu trabalho docente e de dinamizar o currículo da escola indígena em geral e nas séries de sua atuação específica em particular (UFMT/IE, 1994).

Portanto, longe de tratar-se de rotineiros momentos de aferição do aprendizado por meio de provas e exames, a avaliação assume as características de um processo global e dialógico em que todos os envolvidos (docentes, cursistas, alunos, conselhos, assessores,



coordenadores) constituem uma comunidade educativa que exercita a crítica e a autocrítica e busca avaliar a totalidade do processo em andamento (EBI-Ecuador, 1996). Essa atitude deverá perpassar todas as fases de desenvolvimento dos Cursos.

Os resultados dos três níveis de avaliação (da Faculdade, dos cursos e dos cursistas) serão expressos por indicadores qualitativos e possibilitarão uma avaliação diagnóstica, processual e final de cada um.

É importante destacar que o processo de avaliação deverá ser realizado tanto pelos segmentos envolvidos diretamente com os Cursos (universidades, poder público, equipe coordenadora, docentes, cursistas, etc.), quanto por avaliadores externos. Por tratar-se de um projeto, de grande envergadura e que, de certa forma, balizará ações similares no Brasil e na América Latina, o acompanhamento de avaliadores externos torna-se fundamental e imprescindível.

Portanto, nas principais etapas de execução dos Cursos, (fase inicial, meio termo e conclusão) a Faculdade Indígena Intercultural contará com a presença e participação de avaliadores externos destacados entre especialistas das áreas que compõem os cursos de graduação e Pós-graduação.

1.7 Perfil do Egresso

De acordo com o previsto no artigo 5º da Resolução CNE/CP 1, de 15 de maio de 2006 os professores indígenas egresso do curso de pedagogia devem estar aptos a promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena, junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária. Além de atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas indígenas relevantes.

A vivência das atividades curriculares do curso de Pedagogia deverá possibilitar ao indígena egresso a capacidade de refletir criticamente sobre a complexidade da vida social indígena e não indígena, sua dinamicidade, a diversidade entre as culturas e as relações entre as sociedades. Estará apto a exercer funções de magistério nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, na modalidade normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, bem como, exercer cargos de gestão no âmbito da educação.



1.8 Objetivos do Curso de Pedagogia

O Curso de Pedagogia tem como objetivo a formação de docentes para atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Médio e nas áreas de serviços de apoio escolar, em ambientes escolares e não escolares. Tem a expectativa da formação do educador reflexivo, conhecedor do contexto sócio-econômico, cultural e político do país e da região em que está inserido.

As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

- * planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da educação;
- * produção e difusão do conhecimento científico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

2 ESTRUTURA CURRICULAR

Considerando os artigos 6º e 7º da Resolução CNE/CP nº 1 de 15/05/2006 e a Instrução Normativa nº 001/2008/1 PROEG da UNEMAT o curso de Pedagogia da Faculdade Indígena Intercultural, será oferecido a uma turma de cinquenta cursistas, especificamente a etnias indígenas do Estado de Mato Grosso, e terá duração de 05 anos distribuídos em 10 semestres letivos, totalizando 3.520 horas de efetivo trabalho acadêmico.

A carga horaria total do curso será distribuída da seguinte maneira:

- 2.800 horas-aulas dedicadas às atividades formativas de natureza predominantemente teórica. Considerando que o curso de Pedagogia possui uma metodologia voltada para a formação em serviço, cada semestre letivo é constituído pelas seguintes etapas:

Etapas de Estudos Presenciais: de caráter presencial e trabalho intensivo, a Etapa de Estudos Presenciais ocorre semestralmente, nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto, coincidindo com o período de férias e recessos escolares dos cursistas. As etapas presenciais acontecem no *Campus* Universitário da UNEMAT de Barra do Bugres,



onde serão ministradas 235 horas-aula, distribuídas em 08 horas diárias de estudo, além de atividades complementares realizadas no período noturno. Esta etapa tem como objetivo a reflexão acerca dos processos pedagógicos que compõem a *práxis* escolar e os conteúdos que integram o currículo do curso.

Etapa de Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa – Intermediária: consiste na etapa que ocorre nos períodos intermediários entre uma etapa intensiva e outra, possibilitando aos cursistas conciliarem suas atividades docentes na escola com as atividades do curso de formação (preparo de seminários, leituras, pesquisas, exercícios). Desse modo, a *práxis* docente e o processo de formação ocorrem simultaneamente, num contínuo exercício de comunicação dialógica.

No decorrer dessa etapa, realizada no *Campus* Universitário da UNEMAT de Barra do Bugres, serão ministradas 45 horas-aulas, distribuídas em 08 horas diárias de estudo. O principal objetivo dessa etapa é a orientações pedagógicas das atividades que foram indicadas para serem feitas nas aldeias.

- 520 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado, que consiste em prática efetiva da docência e/ou da gestão escolar indígena, a partir do terceiro semestres do curso. Trata de componente curricular obrigatório, a ser planejado coletivamente e regulamentadas com o Colegiado do Curso, devendo ser realizado em Escolas Indígenas, sob a orientação de um Coordenador de Estágio definido pelo conjunto de docentes do Curso. Envolverá as atividades relacionadas a planejamento e docência nas diferentes áreas do saber que compõe o Referencial Curricular das Escolas Indígenas ou em atividades de Gestão da Educação Escolar Indígena, se for o caso. A carga horária total do estágio será realizado ao longo do curso, com prioridade em Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, ciclo I, ou seja da 1ª à 4ª séries, ou ainda em modalidades e atividades de EJA de ciclo 1; como também em grupos de reforço escolar de ciclo 1, projetos, reuniões de formação pedagógicas com profissionais da educação, monitorias, estágios com mediação do professor responsável pelo estágio, que procederá a avaliação das experiências, juntamente com a coordenação do curso.

O exercício da prática pedagógica irá possibilitar a consolidação da escola intercultural, construída pelos professores nas escolas das aldeias a partir da apropriação e reelaboração as práticas pedagógicas existentes. O Estágio Supervisionado será regido



por normativa elaborada especificamente para o curso de Pedagogia da Faculdade Indígena Intercultural.

- 200 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio de iniciação científica da extensão e da monitoria. Essas atividades consideradas complementares a formação de caráter teórico envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Conclusão de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da Faculdade Indígena Intercultural, serão realizadas como Estudos na Aldeia, desde o primeiro semestre do curso norteadas pela legislação vigente.

2.1 Matriz Curricular

O enfoque e o ementário das licenciaturas apresentado a seguir indica alguns dos assuntos que poderão ser tratados em cada semestre. No entanto, tem apenas o caráter referencial uma vez que a cada etapa de preparação e planejamento (que ocorrem todos os semestres antes do início do período letivo intensivo) todos os docentes que atuarão naquele período definirão com maior detalhamento os conteúdos, metodologias e fluxos curriculares que serão imprimidos aos trabalhos.

Assim os temas referenciais norteiam de maneira transversal, inter e multidisciplinar a construção do conhecimento em todos os componentes curriculares.

Já os componentes curriculares orientam o curso a partir da concepção de um currículo integrado, articulado e compartilhado “intimamente” por todos os docentes ao longo de cada semestre, pois todos os temas devem buscar um diálogo intercultural com abordagem da etnociência: conteúdos específicos contextualizados são fundamentais para apresentar uma ciência próxima, viva, dinâmica, em transformação.

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Língua Portuguesa I	60
Interculturalidade	Concepção da educação e teorias da aprendizagem (indígena e não indígena)	75
Sustentabilidade	Sociologia da Educação	45
Diversidade	Filosofia e fundamentos da educação	40



Cultura	intercultural	
	Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem I	60
	Estudos na Aldeia	20
TOTAL HORAS AULAS 1º SEMESTRE		300

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Língua Portuguesa II	60
Interculturalidade	Práticas pedagógicas I – educação infantil	40
Sustentabilidade	Educação e culturas	60
Diversidade	Tecnologia da Informação I	60
Cultura	Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem II	60
	Estudos na Aldeia	20
TOTAL HORAS AULAS 2º SEMESTRE		300

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Oralidade e escrita	75
Interculturalidade	Educação para transversalidade	70
Sustentabilidade	Tecnologia da Informação II	60



Diversidade	Didática Intercultural I: processos de ensinar e aprender	75
Cultura	Estudos na Aldeia	20
Estágio Supervisionado		65
TOTAL HORAS AULAS 3º SEMESTRE		365

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Estrutura e funcionamento da educação	75
Interculturalidade	Legislação educacional e gestão escolar intercultural	60
Sustentabilidade	Currículo e conhecimentos escolar intercultural	70
Diversidade	Didática Intercultural II: processos de ensinar e aprender	75
Cultura	Estudos na Aldeia	20
Estágio Supervisionado		65
TOTAL HORAS AULAS 4º SEMESTRE		365

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Métodos e práticas da alfabetização	90
Interculturalidade	Fundamentos da alfabetização	90
Sustentabilidade	Prática pedagógica II: ensino fundamental	60



Diversidade	Atividades física e movimento I	40
Cultura	Estudos na Aldeia	20
Estágio Supervisionado		65
TOTAL HORAS AULAS 5º SEMESTRE		365

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Educação e saúde	40
Interculturalidade	Atividades física e movimento II	60
Sustentabilidade	Arte e educação intercultural	60
Diversidade	Literatura infanto-juvenil	60
Cultura	Língua e literatura I	60
	Estudos na Aldeia	20
Estágio Supervisionado		65
TOTAL HORAS AULAS 6º SEMESTRE		365

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Língua e literatura II	60
Interculturalidade	Métodos de pesquisa educacional I	85
Sustentabilidade	Educação para a diversidade	75
Diversidade	Temas fundamentais em ciências no contexto indígena I	60
Cultura		
	Estudos na Aldeia	20



Estágio Supervisionado		65
TOTAL HORAS AULAS 7º SEMESTRE		365

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Métodos de pesquisa educacional II	70
Interculturalidade	Temas fundamentais em ciências no contexto indígena II	60
Sustentabilidade		
Diversidade	Produção de material didático intercultural I	90
Cultura	Etnomatemática e temas fundamentais em matemática I	60
	Estudos na Aldeia	20
Estágio Supervisionado		65
TOTAL HORAS AULAS 8º SEMESTRE		365

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Métodos de pesquisa educacional III	40
Interculturalidade	Relações interétnicas e história no ensino fundamental I – anos iniciais	60
Sustentabilidade		
Diversidade	Produção de material didático intercultural II	60
Cultura	Etnomatemática e temas fundamentais	60



	em matemática II	
	Territorialidade e temas fundamentais em geografia I	60
	Estudos na Aldeia	20
Estágio Supervisionado		65
TOTAL HORAS AULAS 9º SEMESTRE		365
*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Métodos de pesquisa educacional IV	100
Interculturalidade	Relações interétnicas e história no ensino fundamental II – anos iniciais	60
Sustentabilidade		
Diversidade	Produção de material didático intercultural II	60
Cultura	Territorialidade e temas fundamentais em geografia I – anos iniciais	60
	Estudos na Aldeia	20
Estágio Supervisionado		65
TOTAL HORAS AULAS 10º SEMESTRE		365

2.2 Ementas e Bibliografias

LÍNGUA PORTUGUESA I

Ementa: A gramática na produção de texto acadêmico-científico. Processos de leitura significativa e interpretativa. Produção de variados processos usuais de comunicação: esquemas, resumos, resenhas. Textos literários, análises e interpretações através de expressão corporal, plástica, oral e escrita.

Bibliografia Básica



ANDRADE, Maria Margarida de e HENRIQUES, Antônio. *Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 43ª ed. São Paulo: Nacional, 2000.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

Bibliografia Complementar

SARMENTO, Leila Lauar. *Oficina de Redação*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, s.d.

FIORIN, José Luiz e SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto. Leitura e redação*. 13ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa Gramática Contemporânea: teoria e prática*. São Paulo: Escala Educacional. S.d.

CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO E TEORIAS DA APRENDIZAGEM (indígena e não indígena)

Ementa: O homem, a cultura e suas relações. Educação, ciência e ética. Educação e sociedade: a construção da cidadania. Educação: diferentes concepções e abordagens conceituais. As relações entre educação e escola: níveis e modalidades de ensino.

Bibliografia Básica:

DAYRELL, Juarez (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. – 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. SP: 1997.

HERMANN, Nadja. *Pluralidade ética em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. Tradução: Artur M. Parreira. 4ª Edição, São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. Tradução: Fransisco Cock Fontanela. 2ª edição, Piracicaba: editora UNIMEP, 1999.

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Ética e competência*. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 1999.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio, ou, Da Educação*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. – 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes 1999.



SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa: Educação como processo social: socialização e instituições sócias, agências socializadoras e reprodução social, família e escola. Educação e reprodução das relações sociais: educação, integração e formas de controle social, conflito e classes sociais, poder e disciplina. Escola, socialização e cultura: dimensões culturais do processo educativo, práticas culturais, formas de sociabilidade, escola e diversidade cultural.

Bibliografia Básica

DEMO, P. *Desafios Modernos da Educação*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BORDIEU & PASSERON. *A reprodução*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

Bibliografia Complementar

DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. 9ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 1997.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Ementa: As origens da filosofia: filosofia e senso comum, filosofia e linguagem, filosofia e ciência. Domínio da filosofia: lógica e teoria do conhecimento, ética, estética, filosofia social, filosofia da educação. A Educação como objeto de reflexão filosófica. A filosofia educacional brasileira. Reflexão filosófica e *práxis* educacional. O pensamento filosófico contemporâneo e as implicações na educação. Ética: categorias básicas. A Ética na Pedagogia: valores éticos, morais e as implicações no exercício da profissão.

Bibliografia Básica

BOSI, A. *Filosofia da Educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GHIRALDELLI, JR., P. *O que é filosofia da Educação?* São Paulo: DP & A, 1999.

RESENDE, A. *Curso de Filosofia*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

Bibliografia Complementar

ARANHA, M. L. de A. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

SEVERINO, A. J. *Filosofia Contemporânea no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM I



Ementa: psicomotricidade e sua relação com os processos de desenvolvimento e de aprendizagem. As Teorias Psicológicas do Desenvolvimento e da Aprendizagem: contribuição para o processo educacional – perspectivas behaviorista, psicanalítica, humanística e cognitivista.

Bibliografia Básica

CARRARA, K. *Introdução à Psicologia da Educação*. São Paulo: Avercamp, 2004. Séries Abordagens.

COLL, C. et al. *Desenvolvimento Psicológico e Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Bibliografia Complementar

FARIA, A. R. de. *Desenvolvimento Cognitivo*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

CARVALHO, V. B. C. L. de. *Desenvolvimento Humano e Psicologia*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM II

Ementa: Introdução às concepções histórico-metodológicas da Psicologia e suas implicações para a Educação; conceitos básicos de Psicologia da Aprendizagem; desenvolvimento cognitivo e situações de aprendizagem; situações-problemas de ensino-aprendizagem.

Bibliografia Básica

PATTO, M. H. S. (org.). *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

RAPPAPERT, C. R. Et alli. *Psicologia do Desenvolvimento*. São Paulo: EPU, 1981.

MARX, M. H.; HILLIX, W. A. *Sistemas e Teorias em Psicologia*. São Paulo: Cultrix, 1973.

FREIRE, I. R. *Raízes da Psicologia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Bibliografia Complementar

FARIA, A. R. de. *Desenvolvimento Cognitivo*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

CARVALHO, V. B. C. L. de. *Desenvolvimento Humano e Psicologia*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

LÍNGUA PORTUGUESA II



Ementa: A língua-padrão e o papel da escola. Estudo e Pesquisa da estrutura linguística; produção oral e escrita de textos nas séries iniciais do ensino fundamental. Macro-estrutura (coerência, interpretação e desenvolvimento). Micro estrutura (morfologia, sintaxe e coesão).

Bibliografia Básica

ANDRADE, Maria Margarida de e HENRIQUES, Antônio. *Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores* 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 43ª ed. São Paulo: Nacional, 2000.

GARCIA, Othon. M. *Comunicação em prosa moderna*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

Bibliografia Complementar

SARMENTO, Leila Lauer. *Oficina de Redação*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, s.d.

FIORIN, José Luiz e SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto. Leitura e redação*. 13ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa Gramática Contemporânea: teoria e prática*. São Paulo: Escala Educacional, s.d.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS I – EDUCAÇÃO INFANTIL

Ementa: Estudo histórico das principais correntes da educação infantil. Vivência da dinâmica da educação infantil: seleção de conteúdos, metodologia de trabalho, organização do espaço e tempo Planejamento das atividades Avaliação do processo educacional. A importância do trabalho interdisciplinar na educação infantil. O papel do professor na educação infantil.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

GADOTTI, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas*. 8ª ed. São Paulo: Ática. 2005.

GOULART FARIA, A L. & PALHARES, M. S. (Orgs.). *Educação Infantil pós-LDB: Rumos e desafios*. Campinas: Autores Associados, 1998.

KULMAN JR, M. *Infância e Educação Infantil: Uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SAVIANI, D. *Educação: Do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez, 1980.



SILVA, A. P. S. et al. *Os fazeres na Educação Infantil*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2000.

PRÁTICA PEDAGÓGICA I: ENSINO FUNDAMENTAL

Ementa: A relação professor-aluno e o ensino como mediação. O conhecimento das estratégias e métodos de ensino. Percepção crítica das situações didáticas em seu contexto histórico e social. A formação docente face as novas tecnologias da comunicação e informação na educação. Contribuições da Didática para a formação de professores.

Bibliografia Básica

BICUDO, Maria Aparecida V. e SILVA JR., Celestino Alves da. (Orgs.). *Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade*. São Paulo: Unesp, 1996. v.1.

CANDAU, Vera M. *Rumo a uma nova didática*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

CHARLOT, Bernard. *Relação com o saber, formação dos professores*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FREITAS, L. C. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da Didática*. Campinas: Papyrus, 1995.

PIMENTA, Selma Garrido. *Didática e formação de professores*. São Paulo: Cortez, 1997.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). *Repensando a didática*. 13ª ed. Campinas: Papyrus, 1998.

_____. (Org.). *Técnicas de ensino: por que não?* 13ª ed. Campinas: Papyrus, 2002.

_____. (Org.). *Didática: o ensino e suas relações*. 7ª ed. Campinas: Papyrus.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO I

Ementa: Tecnologia e mudança na estrutura escolar. Novos paradigmas na educação. O uso da tecnologia para a socialização dos conhecimentos. Equipamentos que facilitam a comunicação, metodologia e práticas pedagógicas. O uso do computador integrado às práticas pedagógicas. As ferramentas tecnológicas para a facilitação da aprendizagem. TV, Vídeo, DVD, Internet.

Bibliografia Básica

LAMPERT, E. *Experiências Inovadoras e a Tecnologia Educacional*. Porto Alegre; Sulina, 2000.

LEVY, P. *As Tecnologias da Inteligência. O futuro do Pensamento na Era da Informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.



Bibliografia Complementar

SANCHO, J. M. *Para uma Tecnologia Educacional*. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

DIMENSTEIN, G. *O Aprendiz do Futuro. Cidadania Hoje e Amanhã*. São Paulo: Ática, 1998.

ORALIDADE E ESCRITA

Ementa: Desenvolvimento da prática de produção de textos acadêmicos, identificando aspectos linguísticos, estruturais e teóricos. Instrumentalização do aluno para a elaboração de textos argumentativos e solução de problemas gramaticais e estilísticos. A produção de correspondências oficiais e outros registros escritos úteis à vida acadêmica. Os vários níveis de leitura e interpretação de textos.

Bibliografia Básica:

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

GONÇALVES, Elisa Pereira. *Iniciação à pesquisa científica*. 4ª edição, Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2007.

SALOMON, D. Vieira. *Como fazer uma monografia*. 2ª São Paulo: Martins Fontes 1991

SANTOS, Antônio Raimundo. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 2ª Riode Janeiro: DP&A, 1999.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. SP: Cortez, 1986

EDUCAÇÃO PARA TRANSVERSALIDADE

Ementa: A Transversalidade; ética, meio ambiente, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo. Transversalidade e interdisciplinaridade. Os temas transversais no projeto educativo da escola.

Bibliografia Básica:

AMARAL, I. A. A Transversalidade no currículo e o ambiente como tema transversal nos parâmetros curriculares nacionais. In: *Escola de Verão*, 4., 1998, Uberlândia.

ALVARES, M. N. et alii. *Valores e temas transversais no currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2002, 184 p

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução dos temas transversais e ética*. Brasília: MEC/SEF, 1997, Meio ambiente e saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997, Pluralidade cultural e Orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.



BRASIL: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Interdisciplinaridade: um desafio à qualidade de ensino de 1º grau*. Brasília, MEC/SEF, 1994, p.66-89.

BUSQUETS, M. D. et al. *Temas Transversais em Educação: bases para uma formação integral*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1999, 198p. (Série Fundamentos).

FILHO, J. C. P. Os fundamentos da Construção do Currículo Escolar e seus Paradigmas. In: *Pedagogia cidadã: Cadernos de Formação: Gestão Curricular e Avaliação*. São Paulo: UNESP, Pró-reitoria de Graduação, p. 5-20, 2005.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO II

Ementa: Utilização das novas tecnologias no processo ensino-aprendizagem. Contexto histórico da introdução das novas tecnologias da comunicação e informação na educação e as implicações pedagógicas e sociais desse uso. Relação comunicação e educação na sociedade contemporânea. Informática Educativa. Ferramentas tecnológicas e a construção de recursos didáticos. Utilização da tecnologia em sala de aula. Elaboração de material audiovisual.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Angela Monteiro e MERCADO, Luís Paulo “Aspectos Críticos do Computador na educação” in *Educação: Revista do Centro de Educação*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1990.

ALMEIDA, Fernando José de. *Educação e Informática: Os Computadores Na Escola*. São Paulo: Cortez: Editores Associados, 1987.

_____. “Pedagogia e informática”. *Revista Acesso*, nº 1, Jan-Jul. São Paulo: FDE, 1988.

APPLE, Michael W. “O Computador na Educação: Parte da Solução ou Parte do Problema”. *Educação e Sociedade*, no. 23. São Paulo: Cortez, 1987

CITELLI, Adilson (Org.). *Outras linguagens: publicidade, Cinema e TV, Rádio. Jogos e Informática*. São Paulo Cortez, 2000.

DIDÁTICA INTERCULTURAL I: PROCESSOS DE ENSINAR E APRENDER

Ementa: Bases Teóricas e Práticas do trabalho docente. Evolução histórica e tendências atuais. As questões fundamentais da didática. A multidisciplinaridade da Didática. Finalidades e objetivos educacionais. Diferenciação. Domínios cognitivos, afetivos e psicomotor. Conteúdos curriculares: politização dos conteúdos, seleção, organização sequencial. A questão metodológica: enfoque progressista, o trabalho em grupo. Avaliação da aprendizagem: diferentes enfoques, recursos. O planejamento de ensino, tipos de planejamento.



Bibliografia Básica

CANDAU, V. M. *Didática em questão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MIZUKAMI, M. da G. N. *Ensino: abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 1986.

Bibliografia Complementar

PIMENTA, S. G. *Didática e Formação de Professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal*. São Paulo: Cortez, 1997.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Ementa: A educação na nova ordem mundial. Política educacional na legislação para os níveis de escolaridade básica, média e superior. Relação entre o público e o privado no contexto da Educação brasileira. O papel dos organismos internacionais na formulação e financiamento das políticas de educação na América Latina e no Brasil. Os planos educacionais: nacional, estadual e municipal.

Bibliografia Básica:

AZANHA, José Mário P. et al. *Educação Básica: políticas, legislação e gestão: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

AZEVEDO, Janete M. Lins. *A Educação como Política Pública*. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394/1996. Brasília-DF.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral Política*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. *Teoria das formas de Governo*. Brasília: UnB, 2000.

CARNOY, Martin. *Estado e a teoria política*. Campinas: Papiurus, 1999.

CADERNOS DE PESQUISA, Nº 100. *Número temático especial: Globalização e Políticas Educacionais na América Latina*. São Paulo: Cortez/Fundação Carlos Chagas, 1997.

CHAUÍ, Marilena. *A Universidade hoje*. In: Revista Praga, nº 6. São Paulo: Hucitec, 1998. p.

23-32.

CUNHA, Luiz Antonio. *Os Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental: Convívio social e ético*. In: Cadernos de Pesquisa, nº 99. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1996. p. 60-72.

DOURADO, Luiz Fernando (org.). *Financiamento da Educação Básica*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). *Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 1998.



LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E GESTÃO INTERCULTURAL

Ementa: O estado, o direito, a organização da educação. Reflexão sobre os ordenamentos legislativo e normativo que regem a sociedade brasileira, especialmente no que se refere às relações da escola com a sociedade e os dispositivos que regulamentam a vida intra-escolar. A legislação e o contexto da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio no Brasil. Compreensão da maneira de se articular a realidade da unidade escolar onde atua com as exigências dos sistemas de ensino, a fim de se atingir os objetivos preconizados pela legislação do País.

Bibliografia Básica:

BRASIL, Governo Federal. *Constituição da Republica Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1998.

BRASIL, Governo Federal. *Lei nº 9394, de 20/12/1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional*. Brasília, DF, 1996.

BRZEZINSKI, Iria (org). *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. SP: Cortez, 1997.

GERMANO, José W. *Estado e educação no Brasil*. SP: Cortez, 1993.

MENESES, João Gualberto de Carvalho et al. *Estrutura e funcionamento da Educação básica – leituras*. São Paulo: Pioneira, 1998.

MONLEVADE, João. *Educação pública no Brasil: contos e descontos*. Ceilândia: Idea, 1997.

PAIVA, Vanilda P. *Educação popular e educação de adultos*. 5ª ed., SP: Loyola, 1987.

SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na Legislação do ensino*. 3ª ed. Campinas – SP: Autores Associados, 1996.

CURRÍCULO E CONHECIMENTOS ESCOLAR INTERCULTURAL

Ementa: Antropologia dos Povos Indígenas: Formas de organização, relações de parentesco, estrutura social. Os ritos e mitos e o papel de cada membro dentro da organização política, social, cultural e religiosa. Práticas Educacionais dos Povos Indígenas no Brasil: A aprendizagem familiar e comunitária como formação povo indígena. A escola indígena espaço de diálogo, valorização da cultura, da língua e das tradições. A Escola Indígena Processo histórico social de colonização do povo indígena no Brasil. Padrões culturais das comunidades indígenas e seu reflexo no planejamento e organização do processo educacional nessas comunidades.



Bibliografia Básica:

BRUXEL, Arnaldo. *Os trinta povos guaranis*. Porto Alegre: EST/Novo Dimensão, 1985.

CADERNOS DA COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO/SP. Nº 2. *A questão da terra*. São Paulo: Editora Global, 1981.

CLASTRES, Hélène *Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO/SP. *A questão da educação indígena*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HOORNAERT, Eduardo. (org) *Das reduções latino-americanas às lutas indígenas atuais*. IX Simpósio Latino-Americano da CEHILA, Manaus, 29 de julho a 01 de agosto de 1981. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

JUNQUEIRA, Carmem & CARVALHO, Edgard de A. (org). *Antropologia e indigenismo na América Latina*. São Paulo: Cortez Editora, 1981.

LISBÔA, Pe. Thomaz de Aquino, S.J. *Entre os índios münkü: a resistência de um povo*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

LUGON, C. *A república "comunista cristã" dos guaranis, 1610-1768*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LUKESCH, Anton. *Mito e vida dos índios caiapós*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Estudos Brasileiros, 1976.

MELATTI, Júlio Cezar. *Índios do Brasil*. Brasília: Editora de Brasília, 1972.

DIDÁTICA INTERCULTURAL II: PROCESSOS DE ENSINAR E APRENDER

Ementa: Pressupostos epistemológicos da Didática, seu objeto de estudo e trajetória histórica. Tendências no ensino de Didática no Brasil. A pesquisa em Didática. A construção da identidade docente. A prática pedagógica e a organização dos espaços e tempos escolares. A sala de aula como objeto de estudo da Didática. Planejamento e avaliação do ensino: etapas, modalidades e componentes. A *práxis* pedagógica como prática social. Construção de projetos de ensino e realização de micro-aulas.

Bibliografia Básica:

CLARO, Maria Aparecida de Lima. *O vínculo libertador na relação professor-aluno*. In: A causa dos professores. Campinas: Papyrus, 1995.



GUIMARAES, Valter Suarez. *Formação de professores – saberes, identidade e profissão*. São Paulo: Papirus, 2004.

MARTINS, Maria Anita Viviani. *Da práxis alienada à práxis consciente e politizada*. In: O professor como agente político. São Paulo: Loyola, 2003.

MORAIS, Regis. *Sala de aula, que espaço é esse?* Campinas: Papirus, 1986.

MORAIS, Christianni Cardoso; PORTES, EcioAntonio; ARRUDA, Maria Aparecida. *Historia da educação - ensino e pesquisa*. São Paulo: Autêntica, 2006.

QUELUZ, Ana Gracinda; ALONSO, Myrtes. *Trabalho Docente - Teoria E Prática*. (s.l.): Thomson Pioneira, 1999.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, LizeteShizete B. *Reflexões sobre a formação de professores*. São Paulo: Papirus, 2002.

TIBALLI, Elianda. *Concepções e práticas em formação de professores*. São Paulo: DP&A, 2003.

MÉTODOS E PRÁTICAS DA ALFABETIZAÇÃO

Ementa: Metodologias e técnicas de alfabetização. Significado e contextualização. Análise de experiências alternativas. Atividades orientadas de alfabetização: construção e vivência pedagógica de alfabetização.

Bibliografia Básica

FREITAS, Maria Tereza de Assunção; COSTA, Sérgio Roberto. *Leitura e escrita na formação de professores*. (s.l.):Musa, 2002.

MARCUSCHI, L.A. *Da fala para a escrita. Atividades de retextualização*. São Paulo:Cortez, 2001.

ROJO, R. H.R. (Org..) *Alfabetização e Letramento: perspectivas lingüísticas*. Campinas:Mercado das Letras, 1998.

RUIZ, E. e outros. *O livro didático de língua portuguesa: didatização e destruição da atividade lingüística*. Trabalhos em Linguística Aplicada. Campinas, n. 7, 1986, p. 81-88.

SIGNORINI, I. (Org.). *Investigando a relação oral/escrito*. São Paulo: Mercado deLetras. 2001.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica,2003.

TFOUNI, L. *Letramento e alfabetização*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FUNDAMENTOS DA ALFABETIZAÇÃO



Ementa: A Escrita: história e expansão: O papel social da escrita. Alfabetização, conceitos e as diferentes abordagens. A competência linguística da criança. A Psicogênese da Língua Escrita. A construção da escrita pela criança. Métodos de ensino: analítico, sintético, fonético e outros. A abordagem construtivista. Alfabetização como processo de interação: sujeito e objeto de conhecimento. Processo ensino/aprendizagem da leitura e da escrita. Papel do educador no processo de alfabetização. Organização e estruturação do trabalho didático-metodológico. Transformando a sala de aula em ambiente alfabetizador.

Bibliografia Básica

CÓCCO, M. F. e HAILLER, M. A. *Didática da Alfabetização*. São Paulo: FTD, 1996.

FERRERO, E. e TEBEROSKY, A. *A Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre, Artmed, 1999.

Bibliografia Complementar

LEMLE, M. *Guia teórico do alfabetizador*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

FERRERO, E. *Com todas as letras*. São Paulo: Cortez, 1996.

ATIVIDADE FÍSICA E MOVIMENTO I

Ementa: História do corpo, as especificidades do corpo e a aprendizagem (funções motoras, estudos sobre o córtex e órgãos da percepção e psicomotricidade). Compressão do fenômeno corporal (fenomenologia da existência, corporeidade e aprendizagem). Corpo, cultura e identidade.

Bibliografia Básica:

ASSMANN, H. *Metáforas para reencantar a educação: epistemologia e didática*. Piracicaba: Unimep, 1996.

FONSECA, Dagoberto. *Corpos Afro-brasileiros: territórios de estigma*. In BUENO, Maria Lucia. & CASTRO, Ana Lúcia. *Corpo, território da Cultura*. São Paulo: Annablume, 2005.

GALLARDO, Jorge Sergio Pérez. *Educação Física: contribuições à formação profissional*. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. *Sentir, pensar, agir – Corporeidade e educação*. Campinas, SP : Papirus, 1994.

GRANDO, Beleni Salette. *Corpo, educação e cultura: práticas sociais e maneiras de ser*. Ijuí, 2009.



GUIMARAES, Maria Eduarda Araujo. *Globalização: corpo como campo de batalha*. In: BUENO, Maria Lucia. & CASTRO, Ana Lúcia. *Corpo, território da Cultura*. São Paulo: Annablume, 2005.

EDUCAÇÃO E SAÚDE

Ementa: Puericultura: acompanhamento e desenvolvimento infantil. Os cuidados e prevenção de doenças infantis. Nutrição. As carências alimentares e suas relações com o desenvolvimento físico e mental. Fatores biológicos e ambientais que interferem no processo de crescimento e desenvolvimento físico e intelectual da criança. Problemas de saúde que interferem no processo de ensino e aprendizagem. Programas de melhoria da saúde na escola.

Bibliografia Básica:

ALVES, E. D. *Enfermagem em Saúde do Escolar*. UNB FsEnf, 1991

ALMEDA, W. *Experiências em Saúde Do Escolar*. J. Ped. 1974

BRASIL. Ministério de Educação. *Diagnóstico da Educação Pré-Escolar No Brasil*, Ed. Unicef 1977

ATIVIDADE FÍSICA E MOVIMENTO II

Ementa: Estudo histórico da Ludicidade. Concepções e origem dos jogos, brinquedos e brincadeiras. O significado do lúdico como prática cultural. Os jogos de linguagem e o lúdico como fontes de compreensão do mundo. A importância do lúdico na educação infantil. O lúdico como mediação para a formação sócio cognitiva.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Paulo N. B. *Técnicas e jogos pedagógicos*. São Paulo: Loyola, 1994.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões: a criança-brinquedo-a educação*. São Paulo: Summus, 1984.

BRUHNS, Heloisa T. *O Corpo Parceiro e o Corpo adversário*. São Paulo: Papyrus, 1993.

FRANÇA, Gisela W. (org) *Idéias, o cotidiano da pré escola*. São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da Educação, 1988.

FREIRE, João B. *Educação de Corpo inteiro*. São Paulo: Scipione, 1992.

HUIZINGA, Johan. *Homo Luden: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

LEBOVICI, S e DIATKINE, R. *Significado e função do brinquedo na criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.



ARTE E EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Ementa: Função e princípio da Arte/Educação: A criança e o imaginário. Concepções de arte na educação escolar. A educação estética e artística da criança. Modalidades artísticas na perspectiva interdisciplinar. Oficinas (experimentação/pesquisa): desenho, pintura, modelagem, construção, recorte/colagem.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Ana Mãe. *Arte-Educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva. 5ª ed., 2002.

BUORO, Anamélia Bueno. *O Olhar em Construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola*. São Paulo: Cortez, 1996.

DUARTE, João Francisco. *Porque Arte-Educação?* São Paulo: Papyrus, 1994.

LANIER, Vicent. *Desenvolvendo Arte à Arte-Educação*. In: *Arte-Educação: Leituras do Subsolo*. São Paulo: Cortez, 1997.

OSTROWER, Fayga. *Criatividade e Processo de Criação*. Petrópolis: Vozes 13ª ed., 1999.

LITERATURA INFANTO JUVENIL

Ementa: A Literatura Infanto-juvenil como forma de desenvolvimento da estética, da expressão artística, da criatividade e criticidade. Relação: fantasia, ficção e realidade. A escrita, a leitura e a interpretação dos estilos literários (lendas, parlendas, contos, fábulas, poesias etc.), como formas de aquisição e enriquecimento do vocabulário. Estudo crítico da conformação teórica da Literatura afro-brasileira e indígena. A imagem estereotipada do negro e do índio na historiografia literária brasileira. Estudo de lendas e contos do folclore afro-brasileiro e indígena.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

_____. Macunaíma. Edição Crítica de Telê Ancona Lopez. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Moderna, 1993.

BASTIDE, Roger. *A poesia afro-brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1943.

_____. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1983.



LÍNGUA E LITERATURA I

Ementa: Linguagem oral e linguagem escrita. O ensino da língua portuguesa e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Competências e habilidades necessárias ao ensino de língua portuguesa. Metodologias de aprendizagem e produção de materiais didáticos para o ensino da língua portuguesa.

Bibliografia Básica

ALMEIDA FILHO, J. C. P. & Cunha, M. J. C. *Projetos iniciais no ensino de português afalantes de outras línguas*. Campinas: Pontes, 2005.

CELANI, M. A. A. *Professores e formadores em mudança: relato de um processo dereflexão e transformação da prática docente*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

CONSOLO, Douglas Altamiro. *Formação de professores de línguas: reflexão*. In: *Língua eliteratura, ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, E. M. O. *Abordagem comunicativa/intercultural – uma proposta para ensinar eaprender língua no diálogo de culturas*. Tese de doutorado. Unicamp, 2004.

SILVA, Ítala M. Wanderlei. *Uma abordagem metodológica para o ensino da LínguaPortuguesa*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

LINGUA E LITERATURA II

Ementa: Bases teóricas da Língua Portuguesa. Distinção de ensino prescritivo e ensino produtivo da língua Materna. Compreensão dos fatos linguísticos a partir das contribuições da Linguística Aplicada ao ensino de Português nas séries iniciais. Planejamento e execução das atividades relacionadas ao ensino produtivo da leitura oral, escrita e gramática contextualizada (análise linguística) nas séries iniciais.

Bibliografia Básica

ALMEIDA FILHO, J. C. P. & Cunha, M. J. C. *Projetos iniciais no ensino de português afalantes de outras línguas*. Campinas: Pontes, 2005.

CELANI, M. A. A. *Professores e formadores em mudança: relato de um processo dereflexão e transformação da prática docente*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

CONSOLO, Douglas Altamiro. *Formação de professores de línguas: reflexão*. In: *Língua eliteratura, ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, E. M. O. *Abordagem comunicativa/intercultural – uma proposta para ensinar eaprender língua no diálogo de culturas*. Tese de doutorado. Unicamp, 2004.



SILVA, Ítala M. Wanderlei. *Uma abordagem metodológica para o ensino da Língua Portuguesa*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

MÉTODOS DE PESQUISA EDUCACIONAL I A IV

Ementa: Estudo dos métodos científicos, assim como do conjunto de categorias e procedimentos metodológicos que performam um determinado método, tendo-se em conta as questões da cultura afro-brasileira e indígena, de maneira a conter uma proposta de discutir e avaliar as características essenciais da ciência e de outras formas de conhecimento; as abordagens metodológicas, enfocando o planejamento, a apresentação de projetos e a execução dos mesmos, bem como a elaboração de relatórios, defesas e divulgação dos trabalhos de pesquisa embasados na ética profissional. Técnicas de Pesquisa – Normatização de trabalhos científicos – Elaboração de projetos e relatórios.

Bibliografia Básica

BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. *Investigações qualitativas em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

GERALDI. Corinta (org.) *Cartografias do trabalho docente*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras 1998.

KUHN. Thoma. *A estrutura das revoluções científicas*. 5ª edição, São Paulo: Editora Perspectiva, 1998

LÜDKE, Menga e ANDRÊ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1988.

_____ (coord.) *O Professor e a pesquisa*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2001.

MAZZOTTI, Alda Judith & GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2ª ed. – SP: Editora Pioneira, 1998.

PADUA, Elizabeth Malato. *Metodologia da pesquisa*. Campinas, Papyrus, 1996

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

Ementa: Desenvolver a capacidade dos/as professores/as da Educação Básica e do ensino fundamental de compreender e posicionar-se diante das transformações políticas, econômicas e socioculturais que requerem o reconhecimento e o respeito à diversidade sociocultural do povo brasileiro e dos povos de todo o mundo – o reconhecimento de que a diversidade étnica, devem ser respeitados/as em suas identidades, diferenças e especificidades, porque tal respeito é um direito social inalienável;

Bibliografia Básica:

BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1976.



BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DAMATTA, Roberto. “*Parte II: Antropologia e História*” In: *Relativizando: uma introdução a antropologia social*. Págs. (86-106). Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

TEMAS FUNDAMENTAIS EM CIÊNCIAS NO CONTEXTO INDÍGENA I

Ementa: A construção do conhecimento através das experiências. Diferentes concepções do currículo e suas implicações no ensino de ciências. Competências e habilidades para a educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental. Análise e utilização de recursos pedagógicos e tecnológicos segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Bibliografia Básica

BARBIERI, Marisa Ramos. *Laboratório de ensino de ciências*. (s.l.): Holos, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília, 2001.

CACHAPUZ, Antonio; PRAIA, João; VILCHES, Amparo. *A necessária renovação do ensino das ciências*. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. *Ensino de ciências*. (s.l.): Thomson Pioneira, 2003.

DELIZOICOV, Demétrio. *Ensino de ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, Roque. *Construtivismo e ensino de Ciências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

NARDI, Roberto; BASTOS, Fernando; DINIZ, Renato. *Pesquisas em ensino de ciências*. (s.l.): Escrituras, 2004.

NARDI, Roberto. *Questões atuais no ensino de ciências*. (s.l.): Escrituras, 2003.

OLIVEIRA, Renato José de. *A Escola e o ensino de ciências*. Porto Alegre: Unisinos,

TEMAS FUNDAMENTAIS EM CIÊNCIAS NO CONTEXTO INDÍGENA II

Ementa: as ciências naturais nas séries iniciais. Fundamentos de Física: movimento dos corpos, óptica, termologia acústica, eletromagnetismo Fundamentos de química: substância, mudanças de estado físico, teoria atômico - molecular, combustão e combustível, conservação de alimentos, processos industriais Ciências da vida: animais, vegetais, nutrição e saúde, educação ambiental. Fundamentos de geociências. a terra e seus ambientes O ensino de ciências nas séries iniciais. O método científico em ciências naturais: aplicação no ensino fundamental e educação infantil. Proposta metodológica



construtivista para o ensino de ciências nas séries iniciais. O professor pesquisador: o que, quando e como pesquisar. A história da ciência como eixo disciplinar. Educação científica e interdisciplinaridade. Inovação metodológica.

Bibliografia Básica

BARBIERI, Marisa Ramos. *Laboratório de ensino de ciências*. (s.l.): Holos, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília, 2001.

CACHAPUZ, Antonio; PRAIA, João; VILCHES, Amparo. *A necessária renovação do ensino das ciências*. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. *Ensino de ciências*. (s.l.): Thomson Pioneira, 2003.

DELIZOICOV, Demétrio. *Ensino de ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, Roque. *Construtivismo e ensino de Ciências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

NARDI, Roberto; BASTOS, Fernando; DINIZ, Renato. *Pesquisas em ensino de ciências*. (s.l.): Escrituras, 2004.

NARDI, Roberto. *Questões atuais no ensino de ciências*. (s.l.): Escrituras, 2003.

OLIVEIRA, Renato José de. *A Escola e o ensino de ciências*. Porto Alegre: Unisinos,

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO INTERCULTURAL I

Ementa: Estudo teórico-prático sobre a produção de materiais didáticos que problematizem as relações raciais e de poder no Brasil e que estimulem a construção de materiais pedagógicos para a Educação Básica. Sistematização de conteúdos discutidos nas disciplinas ao longo do curso e proposição de atividades pedagógicas para sala de aula.

Bibliografia Básica:

ANDREWS, G. R. *Trabalhadores brancos e negros em São Paulo, 1888-1928*. s.d. (mimeo)

BARRETTO, E. S. S. (org.) *Os Currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Campinas: Autores Associados, 1998. p. 5-42: tendências recentes do currículo do ensino fundamental no Brasil. (Col. Formação de Professores)

BITTENCOURT, C. M. F. *Propostas curriculares de História: continuidade e transformações*. In: BARRETTO, E. S. S. (org.) *Os Currículos fundamentais para as*



escolas brasileiras. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998. p.127-61. (Col. Formação de Professores).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética*. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

CANEN, A. *Formação de professores: diálogo das diferenças. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 17, p. 477-94, out.-nov. 1997.

CHAVES, Eduardo. *Tecnologia e Educação: O Futuro da Escola na Sociedade da Informação*. Campinas: Mindware Editora, 1998.

DREGUER, Ricardo e Toledo, Eliete. *História: cotidiano e mentalidades*, 7^a. São Paulo: Atual, 2000.

ETNOMATEMÁTICA E TEMAS FUNDAMENTAIS DA MATEMÁTICA I

Ementa: o desenvolvimento dos conceitos matemáticos na criança. Contextualização histórico-social dos conhecimentos matemáticos. Competências e habilidades para o ensino de matemática. O ensino de matemática e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Os procedimentos didáticos no ensino de matemática.

Bibliografia Básica

ARANÃO, Ivana. *A matemática através de brincadeiras e jogos*. Campinas-SP: Papyrus, 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetro Curriculares Nacionais: Matemática*. V.3. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

CALAZANS, Ângela Maria. *A matemática na alfabetização*. Rio Grande do Sul: Kuarujo, 1996.

CARRAHER, Terezinha; CARRAHER, David; SCHLIEMANN, Analúcia. *Na vida dez, na escola zero*. São Paulo: Cortez, 1995.

CARVALHO, Dione Lucchesi de. *Metodologia do ensino de Matemática*. São Paulo: Cortez, 1991.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. *Etnomatemática*. São Paulo: Ática, 1994.

DAVIS, Phillip J; HERSE, *A experiência matemática: uma história em tudo e por tudo fascinante*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

RELAÇÕES INTERÉTNICAS E HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Ementa: a produção histórica e suas contribuições para a educação infantil e ensino fundamental. Tendências teórico-metodológicas no ensino de história - pesquisa e prática. Competências e habilidades para a Educação Infantil e primeiros anos do Ensino



Fundamental. O ensino de história a luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Procedimentos didáticos para o ensino de história.

Bibliografia Básica

ABUD, Kátia Maria. *Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária*. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. *Propostas curriculares de História: continuidades e transformações*. In: BARRETO, Elba S. de Sá (Org.). *Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras*. 2ª ed. (Coleção formação de professores). Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000.

CABRINI, Conceição et al. *Ensino de História: revisão urgente*. São Paulo: Educ, 2000.

CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar História. (Pensamento e ação no magistério)*. São Paulo: Scipione, 2004.

CARMO, Sônia Irene Silva do; COUTO, Eliane Frossard Bittencourt. *História: passado presente*. São Paulo: Atual, 2002.

FLORES, Elio Chaves; BEHAR, Regina (Orgs.). *A Formação do Historiador – Tradições e Descobertas*. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas: Papyrus, 2003.

ROCHA, Ubiratan. *História, Currículo e Cotidiano Escolar*. São Paulo: Cortez, 2002.

ETNOMATEMÁTICA E TEMAS FUNDAMENTAIS DA MATEMÁTICA II

Ementa: concepção histórica e filosófica da Matemática enquanto ciência e atividade humana, fundação matemática formal: desmistificação dos conteúdos básicos às séries iniciais. Metodologias e recursos auxiliares do ensino planejamento e avaliação de atividades experimentais. Relação com as demais áreas do conhecimento; estudo crítico dos conteúdos e metodologias direcionadas ao ensino de matemática nas séries iniciais.

Bibliografia Básica

ARANÃO, Ivana. *A matemática através de brincadeiras e jogos*. Campinas-SP: Papyrus, 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática*. V.3. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

CALAZANS, Ângela Maria. *A matemática na alfabetização*. Rio Grande do Sul: Kuarujó, 1996.



CARRAHER, Terezinha; CARRAHER, David; SCHLIEMANN, Analúcia. *Na vida dez, na escola zero*. São Paulo: Cortez, 1995.

CARVALHO, Dione Lucchesi de. *Metodologia do ensino de Matemática*. São Paulo: Cortez, 1991.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. *Etnomatemática*. São Paulo: Ática, 1994.

DAVIS, Phillip J; HERSE, A experiência matemática: uma história em tudo e por tudo fascinante. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

DAVIS, Phillip J; HERSE, A experiência matemática: uma história em tudo e por tudofascinante. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

GOLBERT, Clarissa S. Jogos matemáticos: a turma quantifica e classifica. Porto Alegre:Mediação, 1997.

LEDUR, Elsa Alice; HENNEMAN, Júlia; WOLFF, Maria Stelita. *Metodologia do ensino – aprendizagem de matemática nas séries iniciais do 1º grau*. São Leopoldo-RS:UNISINOS, 198?

TERRITORIALIDADE E TEMAS FUNDAMENTAIS DA GEOGRAFIA I

Ementa: a formação dos conceitos e as categorias de análise da geografia. O ensino de geografia a luz dosParâmetros Curriculares Nacionais. Competências e habilidades para a educação infantil e primeirosanos do ensino fundamental. Procedimentos didáticos para o ensino de geografia.

Bibliografia Básica

CARLOS, Ana Fani (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. (Org.). *A Geografia na sala de Aula*. (Coleção Repensando o Ensino). São Paulo: Contexto, 2006.

CARLOS, Ana Fani A e OLIVEIRA Ariovaldo U. de. *Reformas no mundo da educação: parâmetros curriculares e geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos et al. *Geografia em sala de aula*. 2ª ed. Rio Grande do Sul: UFRGS/AGB – Seção Porto Alegre, 1999.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.

CASTRO, I. GOMES, P. C. C. & CORREA, R. L (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2003.

MOREIRA, R. *O que é geografia*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.



ONTUSCHA, NídiaNacig; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de (Org.). *Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2002.

RELAÇÕES INTERÉTNICAS E HISTORIA NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Ementa: a história, ciência do social, objeto de estudo. A história construção dos diversos sujeitos sociais. Cotidiano. Mentalidade e história oral: fundamentos básicos. Objetivos e finalidades para o ensino de história nas séries iniciais. Metodologias e recursos auxiliares de ensino, planejamento e execução de atividades experimentais; relação com as demais áreas do conhecimento, estudo crítico dos conteúdos e metodologias direcionados ao ensino de história nas séries iniciais.

Bibliografia Básica

ABUD, Kátia Maria. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. Propostas curriculares de História: continuidades e transformações. In: BARRETO, Elba S. de Sá (Org.). *Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras*. 2ª ed. (Coleção formação de professores). Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000.

CABRINI, Conceição et al. *Ensino de História: revisão urgente*. São Paulo: Educ, 2000.

CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar História. (Pensamento e ação no magistério)*. São Paulo: Scipione, 2004.

CARMO, Sônia Irene Silva do; COUTO, Eliane Frossard Bittencourt. *História: passado presente*. São Paulo: Atual, 2002.

FLORES, Elio Chaves; BEHAR, Regina (Orgs.). *A Formação do Historiador – Tradições e Descobertas*. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas: Papyrus, 2003.

ROCHA, Ubiratan. *História, Currículo e Cotidiano Escolar*. São Paulo: Cortez, 2002.

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO INTERCULTURAL II

Ementa: Analisar e produzir materiais didáticos para diferentes conteúdos e conceitos das áreas de conhecimento, coerentes com as concepções de ensino-aprendizagem estruturadoras de uma didática da pedagogia, tendo por fundamento a busca da unidade



entre a teoria e a prática e o princípio da pesquisa na formação dos professores indígenas.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Rosângela D. de e PASSINI, Elza Y. (1994). *O espaço geográfico: ensino e representação*. São Paulo: Contexto.

ANTUNES, Aracy R. et al. (1993). *Estudos Sociais: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: ACCESS ed.

DERDYK, E. *Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil*. Série: Pensamento e ação no magistério. São Paulo: Scipione, 1994.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. *Ensino de ciências: fundamentos e métodos*. São Paulo, Cortez, 2003.
GROSSO, Alexandre Brandão. *Eureka: práticas de ciências para o ensino fundamental*. São Paulo, Cortez, 2003

TERRITORIALIDADE E TEMAS FUNDAMENTAIS DA GEOGRAFIA II

Ementa: Fundamentos da geografia escolar, concepções de ensino de Geografia A construção do conceito de espaço pelas crianças A representação do espaço geográfico As diferentes escalas de análise do espaço o local, o regional, o nacional e o global. Os eixos de abordagem para a decodificação da espacialidade moderna: o processo industrial, a relação cidade — campo, a natureza, a territorialidade e a desterritorialidade dos vários níveis de organização da sociedade. Métodos didáticos e ensino de geografia. Técnicas de ensino aplicadas ao ensino de geografia nas séries iniciais. Elaboração de recursos didáticos acessíveis para o ensino de Geografia Análise de programas oficiais e alternativos.

Bibliografia Básica

CARLOS, Ana Fani (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. (Org.). *A Geografia na sala de Aula*. (Coleção Repensando o Ensino). São Paulo: Contexto, 2006.

CARLOS, Ana Fani A e OLIVEIRA Ariovaldo U. de. *Reformas no mundo da educação: parâmetros curriculares e geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos et al. *Geografia em sala de aula*. 2ª ed. Rio Grande do Sul: UFRGS/AGB – Seção Porto Alegre, 1999.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.



CASTRO, I. GOMES, P. C. C. & CORREA, R. L (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2003.

MOREIRA, R. *O que é geografia*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ONTUSCHA, Nídia Nacig; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de (Org.). *Geografia emperspectiva: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2002.

3 CORPO DOCENTE

3.1 Políticas de Aperfeiçoamento e Capacitação do Corpo Docente

A política de qualificação docente tem como finalidade conciliar os interesses institucionais, as aspirações pessoais, os recursos disponíveis e o potencial individual de cada postulante, de modo a promover a justa distribuição de oportunidades de acesso ao aprimoramento pessoal e a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pela instituição para o cumprimento de sua missão. Deseja-se que o professor seja incentivado também na qualificação constante, através do Plano de Carreira Docente e Progressão Funcional.

As ações devem ser comprometidas com o processo de ensino e aprendizagem, ao subsidiar o professor para uma atuação melhor de sua *práxis* e de uma atuação mais produtiva dentro da sala de aula, mas também devem torná-lo capaz de continuar buscando a evolução de sua própria formação profissional, seja no domínio das habilidades necessárias para que isso ocorra, seja estimulando-o à reflexão sobre suas ações.



3.2 Titulação do Corpo Docente

QUADRO DE PROFESSORES DA FACULDADE INDÍGENA INTERCULTURAL	
NOME	TITULAÇÃO
Elias Renato da Silva Januário	Doutor
Fernando Selleri Silva	Mestre
Rosa Maria Modesto Cagnoni	Especialista
Hébia Tiago de Paula Monteiro	Mestre

QUADRO DE PROFESSORES EFETIVOS - CÁCERES	
AUXILIAR	Geraldo Pereira de Souza.
	ZuleikaMaionquim
MESTRES	Ailon do Vale Simão – doutorando
	Ana Sebastiana Monteiro
	Aparecido de Assis – doutorando
	Catarina Maria Garcia de Castro
	Elisa Maria Jorge da Cunha
	Evanil Cardoso de Almeida
	Jociane Rosa de Macedo Costa - doutorando
	Jocinete das Graças Figueiredo
	José Ferreira da Costa
	José AntonioFinardi
	Laudemir Luiz Zart– doutorando
	Letícia Emma Cappi Aguiar
Ligia Cappi Manzini	

QUADRO DE PROFESSORES EFETIVOS - CÁCERES	
DOUTORES	Rinalda Bezerra Carlos – doutorando
	Afonso Maria Pereira
MESTRES	Maria do Horto Salles Tiellet– doutorando
	Ana Lúcia Artoli
	Maria da Penha Fornanciar Antunes
	Antonio Eustáquio de Moura
	Vani Maria Melo Costa
	Dimas Santana de Souza Neves
	Rosalva Pereira de Alencar.



	Edna Luzia Almeida Sampaio
	Elizeth Gonzaga dos Santos Lima
	Emília Darci de Souza Cuiabano
	Graciela Constantino
	Heloisa Salles Gentil
	Ilma Ferreira Machado
	IrtonMilanesi
	João de Deus dos Santos
	Josiane Magalhães
	Marcelo Beck
	Maria Izete de Oliveira
	MaritzaCastrilon Maldonado
	Olímpia Maluf

4 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

4.1 Instalações físicas da sede administrativa

A sede administrativa dos cursos encontra-se instalada no *campus* universitário da UNEMAT de Barra do Bugres, ocupando uma área com cerca de 100 m², estando dividida em 06 (seis) salas, compreendendo a sala da coordenação, a assessoria administrativa, o financeiro, a secretaria acadêmica, o arquivo e a sala dos professores, além de um cômodo com tamanho aproximado de 20 m² utilizado como almoxarifado.

A assessoria administrativa ocupa uma sala equipada com 03 (três) computadores, com impressora e acesso à Internet, na qual atuam 01 (um) assistente de administração, 02 (dois) bolsistas e 01 (um) professor, como Coordenador Administrativo. Estes são responsáveis pela elaboração e digitação da documentação administrativa, desenvolvimento e cadastro do acervo informatizado dos cursos, diagramação e elaboração das publicações, desenvolvimento e atualização do website, manutenção dos equipamentos de informática, entre outras atividades.



O setor financeiro ocupa um espaço próprio, compreendido por uma sala equipada com 01 (um) computador com impressora e acesso à Internet, em que atua 01 (um) assistente de administração, responsável pelo setor.

A secretaria acadêmica, em função das especificidades da clientela atendida, ocupa um espaço físico próprio, contudo, mantendo vínculo com a Divisão Acadêmica do *campus*. Nela encontra-se arquivada toda a documentação pessoal e escolar dos estudantes, a documentação dos professores que atuam nos cursos, além da documentação administrativa e pedagógica dos cursos. A sala é equipada com 01 (um) computador com impressora, através do qual o sistema de banco de dados é acessado para classificação de toda a documentação que se encontra arquivada. Atualmente este acervo possui classificados 52.614 documentos. Também conta com 01 (uma) máquina fotocopadora para utilização interna. No setor atua 01 (um) assistente de administração.

Na sala destinada ao arquivo, encontram-se os trabalhos produzidos pelos estudantes e os materiais produzidos durante o Projeto Tucum e o Projeto 3º Grau Indígena, constituindo um importante arquivo acerca da educação escolar indígena de Mato Grosso.

A sala dos professores conta com 02 (dois) computadores, com impressora e acesso a Internet, a fim de que os docentes realizem suas atividades no decorrer das etapas de estudos presenciais. No período intermediário os referidos computadores também são utilizados pela equipe administrativa e pedagógica para digitação de trabalhos dos acadêmicos, elaboração de publicações, elaboração de planejamentos e confecção de relatórios.

4.1.1 Equipe Administrativa e Pedagógica

Atuam constantemente na sede administrativa do programa 01 (um) coordenador, 01 (um) coordenador administrativo, 01 (um) coordenador pedagógico, 03 (três) assessores pedagógicos, 03 (três) assistentes de administração, 01 (um) motorista e 02 (dois) bolsistas.

4.1.2 Equipamentos gerais e de informática

Entre os equipamentos de informática, disponibilizados à equipe administrativa estão: 08 (oito) microcomputadores, 01 (um) notebook, 02 (dois) scanners, 02 (duas) impressoras a laser P&B compartilhadas, 05 (cinco) impressoras a jato de tinta coloridas,



02 (dois) projetores multimídia, 01 (uma) fotocopiadora e 02 (duas) câmeras fotográficas digitais.

Todos os computadores são interligados por uma rede interna, cuja manutenção fica aos cuidados da própria assessoria administrativa, que permite o acesso de todos os computadores ao sistema de banco de dados, e o compartilhamento de impressoras, arquivos e Internet.

Os equipamentos gerais disponíveis ao programa somam: 01 (uma) câmera filmadora VHS, 01 (uma) câmera fotográfica, 04 (quatro) aparelhos de ar condicionado, 08 (oito) mesas para computador, 07 (sete) escrivanias, 02 (duas) mesas para reuniões, 07 (sete) armários de aço vertical, 07 (sete) arquivos de aço, 15 (quinze) prateleiras de aço, 01 (um) refrigerador, 01 (um) bebedouro, 04 (quatro) televisores, 03 (três) vídeos cassete, 02 (dois) DVDs Players, 02 (dois) retroprojetores, 02 (duas) telas de projeção, entre outros.

A Faculdade também conta com veículo próprio, para realização do acompanhamento pedagógico nas aldeias, durante as etapas intermediárias.

4.1.3 Acervo Documental e Etnográfico

Quanto a organização, a assessoria administrativa possui uma base de dados informatizada, contendo dados pessoais, dados referentes a realidade educacional e lingüística e antropométrica de todos os estudantes matriculados. A assessoria administrativa ainda dispõe de uma base de dados informatizada para catalogação dos seguintes acervos:

- Acervo documental: possui classificados 52.614 documentos;
- Acervo fotográfico: possui 5.671 fotografias impressas cadastradas e mais de 5.000 fotografias digitais;
- Acervo bibliográfico: com 3.424 exemplares cadastrados, em sua maioria relacionados a temáticas indígenas, que correspondem a uma biblioteca setorial disponível junto a biblioteca do *campus*;
- Acervo etnográfico: com 485 peças cadastradas;



- Acervo multimídia: possui 157 exemplares cadastrados, reunindo fitas de vídeo, fitas cassete e CD-ROMs.

4.2 Instalações físicas do *Campus*

Durante as etapas de estudos presenciais, as aulas são ministradas no *campus* de Barra do Bugres, ocasião em que as instalações são utilizadas pelos estudantes. Dentre as instalações do *campus* utilizadas estão: 04 (quatro) salas de aulas de aproximadamente 60 m², com capacidade para 50 (cinquenta) alunos em cada; 02 (duas) salas auxiliares para acomodação de equipamentos e materiais pedagógicos; 01 (um) anfiteatro com cerca de 250 m², com capacidade de cerca de 300 (trezentas) pessoas, utilizado para plenárias, apresentações culturais, seminários e demais atividades que envolvam toda a comunidade acadêmica do curso.

O *campus* também disponibiliza equipamentos como projetores multimídia (datashows), computadores, microscópios, entre outros a serem utilizados no decorrer das aulas.

4.2.1 Laboratórios

São disponibilizados aos cursos:

- 03 (três) laboratórios de informática de 50 m², que somam 55 (cinquenta e cinco) computadores, com acesso à Internet em praticamente todos e impressora compartilhada;
- 01 (um) laboratório experimental de Física com 90 m²;
- 01 (um) laboratório experimental de Química com 50 m².

4.2.2 Salas auxiliares e serventias

O *Campus* ainda disponibiliza salas auxiliares para o desenvolvimento de atividades extras como exposições, reuniões, entre outras. Todas as dependências descritas anteriormente (salas de aula, anfiteatro, laboratórios, etc.) são equipadas com aparelhos de ar condicionado.

Para o desenvolvimento de atividades em grupo e atividades práticas o *Campus* dispõe de um amplo pátio, utilizado para a realização de experimentos que devem ser realizados ao ar livre.



4.3 Biblioteca

Instalada em uma área de aproximadamente 220 m², a Biblioteca da UNEMAT atende uma média de 180 usuários por dia, entre acadêmicos e comunidade em geral nos seguintes horários:

- **2ª à 6ª feira**

Matutino: 8 horas às 12 horas

Vespertino: 13horasàs 17horas

Noturno: 19horas às 23horas

- **Sábado**

Vespertino:13horas às 17horas

Seu acervo é composto de livros, revistas, jornais, anuários, monografias, CD Rom's, fitas de vídeo, folders e mapas. Constantemente são efetuadas novas aquisições, permitindo assim um aumento e atualização deste acervo. O trabalho da Biblioteca está voltado ao atendimento satisfatório do usuário, no que diz respeito à demanda nos serviços de informação. Apóia os Programas da Instituição, disseminando informações através de serviço ágil, eficiente e atualizado, atuando como suporte bibliográfico de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento.

A política de expansão e desenvolvimento do acervo visa facilitar o acesso às fontes de informação e é desenvolvida constantemente, analisando os seguintes critérios: títulos condizentes com a proposta pedagógica do curso, relação de quantidade de títulos e volumes por quantidade de alunos, condições físicas dos materiais, solicitação de alunos, professores e coordenação, atualizações através de datas de publicações e lançamentos.

O espaço físico e sua organização buscam atender às necessidades de todos os usuários. A estrutura física conta com sinalização visível, ventilação natural, ambiente climatizado, iluminação natural e artificial.

As paredes laterais contam com instalação elétrica. A organização destas mesas e cadeiras é feita de maneira a permitir com que haja um excelente espaço para circulação dos usuários neste salão e abre ainda a possibilidade de adaptação de determinados



espaços no salão para exposição de quadros, fotos, artesanatos, fazendo com que a biblioteca atue como espaço cultural diversificado.

A Biblioteca da UNEMAT é informatizada tendo seu acervo constantemente catalogado em uma base de dados, permitindo agilidade e precisão nos serviços de catalogação, consulta, empréstimo e devolução.

Possui 02 (dois) computadores para controle de empréstimos, 03 (três) para cadastro de acervo e uma impressora a laser para realização de serviços internos.

E disponibiliza aos usuários 01 (um) computador para pesquisa de acervo. Outros serviços disponibilizados:

Pesquisa Bibliográfica: Levantamento de bibliografias/informações solicitadas por usuários.

Orientação para pesquisa em bibliotecas virtuais: Orientação e indicação de bibliotecas virtuais, periódicos eletrônicos, sites, bases de dados via Internet.

Serviço de referência: Atendimento ao usuário, prestando informações e auxiliando-o na recuperação de informações, inclusive, com orientação em referência bibliográfica.

Intercâmbio entre bibliotecas: Efetua intercâmbio de informações e até mesmo de materiais com outras bibliotecas, auxiliando ainda mais o usuário na recuperação da informação.

Equipamentos

Computadores: 06

Mesas de computadores: 06

Mesas: 11

Cadeiras: 53

Prateleiras: 16

Armário de aço: 01

Balcão: 01



Acervo

Periódicos

Revista Cadernos: 21	Revista Isto É: 187
Revista Correio da Unesco: 189	Revista Planeta: 24
Revista Escola: 55	Revista Projeto: 20
Revista Exame: 71	Revista RBT: 18
Revista Geográfica Universal: 42	Revista SBPC: 28
Revista Globo Ciência: 60	Revista Super Interessante: 81
Revista Globo Rural: 30	Revista Veja: 354
Revista Info: 30	Outros: 334

Total de Periódicos: 1.544

Assinaturas: Revista Veja; Revista Super interessante.

Várias Doações

LIVROS

Administração: 163	Geografia: 185
Agricultura: 236	Geologia: 298
Antropologia: 50	História: 318
Arquitetura: 254	Inglês: 32
Biografia: 06	Literatura Infantil: 132
Biologia: 672	Literatura: 716
Ciência Política: 142	Matemática: 685
Computação: 430	Metodologia: 74
Dicionários: 26	Música: 11
Direito: 127	Português: 318
Economia: 446	Primeiros Passos: 113
Educação Física: 41	Psicologia: 89
Educação: 646	Química: 117
Enciclopédias: 112	Religião: 98
Engenharia: 236	Sociologia: 256
Estatística: 305	Tecnologia: 62
Filosofia: 225	Outros: 8428
Física: 183	

Total de exemplares: 16.232

Total de títulos: 10.108



Videos

Total: 67

CD-ROMs

Total: 74

Equipe da Biblioteca

01 Bibliotecária;

04 Auxiliares de Biblioteca.



5 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A F.I.I.

5.1 Publicações

5.1.1 Série Institucional

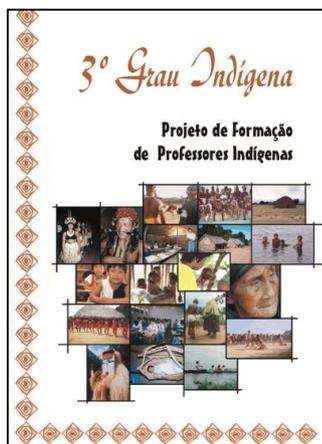
- Website do Programa na Internet

The screenshot shows the homepage of the 'Faculdade Indígena Intercultural' website. The layout includes a header with the university's logo and name, a main navigation menu on the left, and a central content area with several news articles. The articles are dated from August 2009 and cover topics such as the launch of a new website, the REA 2009 event, and the creation of the MERIREU institute. A sidebar on the right lists partner organizations like SEDUC, FUNAI, MEC, SECITEC, OPRIMT, SES, CEE-MT, CEI-MT, FUNASA, and UNESCO. The footer contains contact details for the faculty and copyright information.

Endereço: <http://indigena.unemat.br>



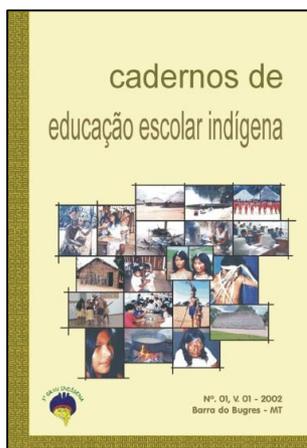
- Publicação da versão resumida do Projeto Pedagógico



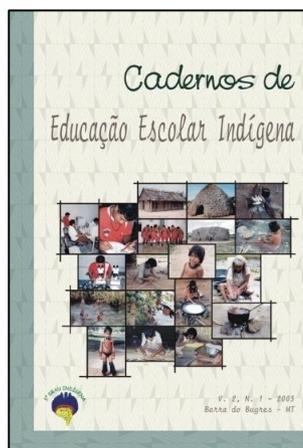
Governo do Estado de Mato Grosso. *3º Grau Indígena: projeto de formação de professores indígenas*. Barra do Bugres: UNEMAT; Brasília: DEDOC/FUNAI, 2001. 93 p.

5.1.2 Série Periódicos

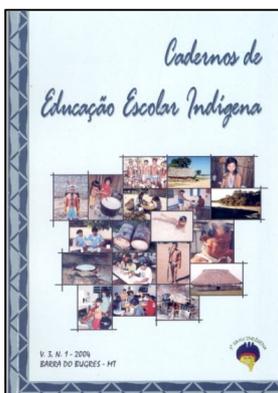
- Cadernos de Educação Escolar Indígena



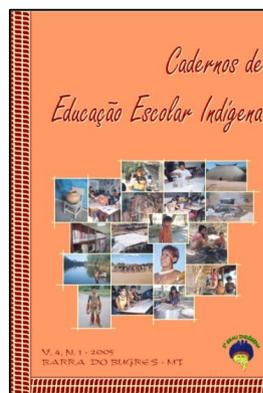
Cadernos de Educação Escolar Indígena - 3º Grau Indígena. v. 1, n.1. Barra do Bugres: UNEMAT, 2002.



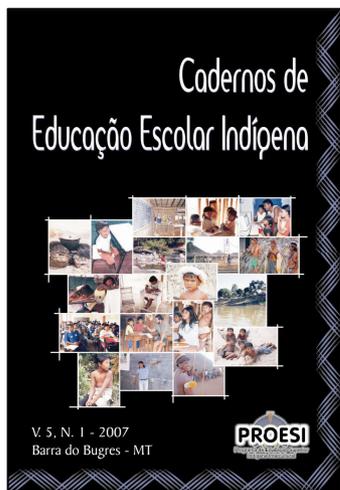
Cadernos de Educação Escolar Indígena - 3º Grau Indígena. v. 2, n.1. Barra do Bugres: UNEMAT, 2003.



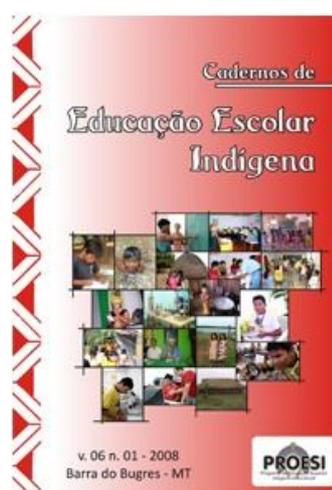
Cadernos de Educação Escolar Indígena - 3º Grau Indígena. v. 3, n.1. Barra do Bugres: UNEMAT, 2004.



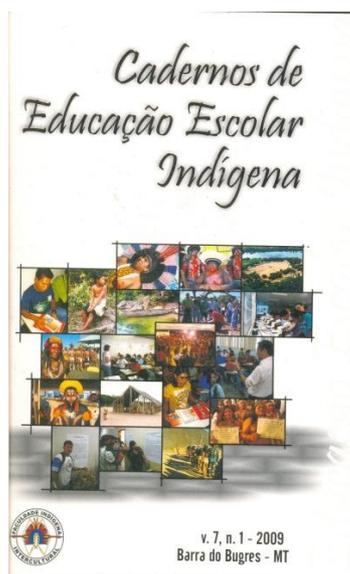
Cadernos de Educação Escolar Indígena - 3º Grau Indígena. v. 4, n.1. Barra do Bugres: UNEMAT, 2005.



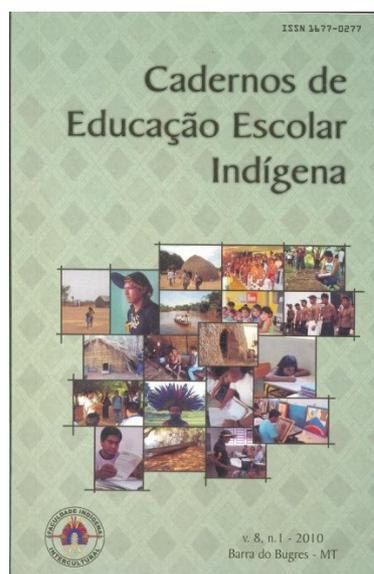
Cadernos de Educação Escolar Indígena - PROESI. v. 5, n.1. Barra do Bugres: UNEMAT, 2007.



Cadernos de Educação Escolar Indígena - PROESI. v. 6, n.1. Barra do Bugres: UNEMAT, 2008.



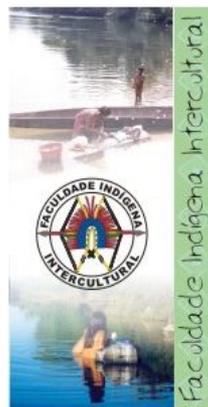
Cadernos de Educação Escolar Indígena - PROESI. v. 7, n.1. Barra do Bugres: UNEMAT, 2007.



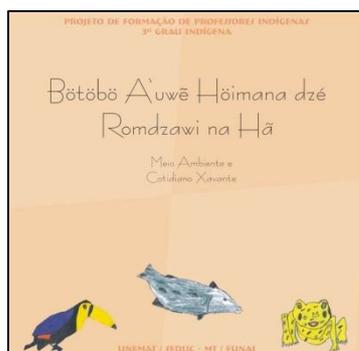
Cadernos de Educação Escolar Indígena - PROESI. v. 8, n.1. Barra do Bugres: UNEMAT, 2007.



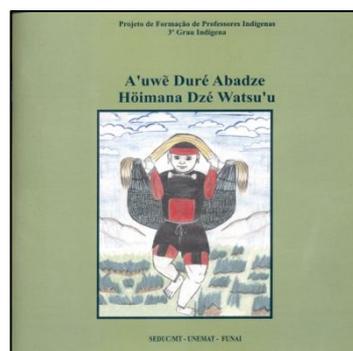
- Folders, Cartazes, Banners e Convites



5.1.3 Série Experiências Didáticas



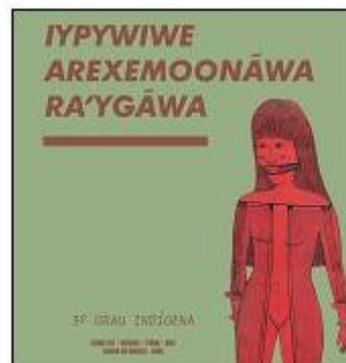
Meio Ambiente e Cotidiano Xavante. 3º Grau Indígena, Série Experiências Didáticas. Barra do Bugres: UNEMAT, 2003.



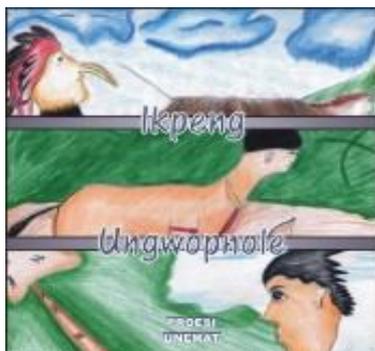
A'uwẽ Dure Abadze Höimana Dze Watsu'u. 3º Grau Indígena, Série Experiências Didáticas. Barra do Bugres: UNEMAT, 2004.



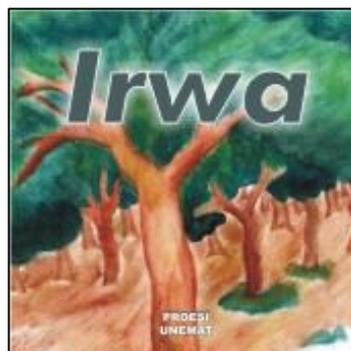
Pintura Corporal Ikpeng. Série Experiências Didáticas 3º Grau Indígena. Barra do Bugres: UNEMAT, 2005.



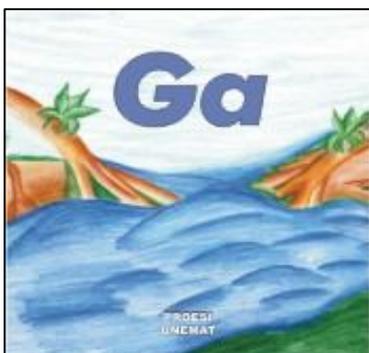
Ipywiwe Arexemoonãwa Ra'ygãwa. Série Experiências Didáticas 3º Grau Indígena. Barra do Bugres: UNEMAT, 2005.



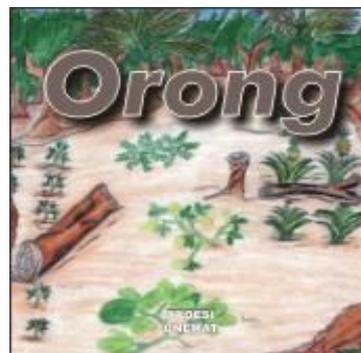
IkpengUngwopnole. PROESI, Série Experiências Didáticas. Barra do Bugres: UNEMAT, 2007.



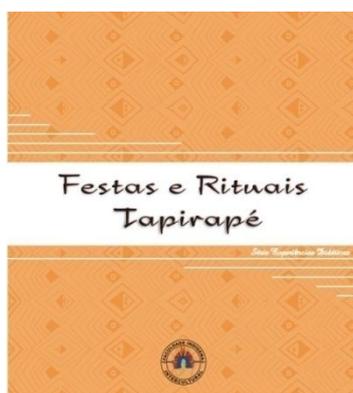
Irwa. PROESI, Série Experiências Didáticas. Barra do Bugres: UNEMAT, 2007.



Ga. PROESI, Série Experiências Didáticas. Barra do Bugres: UNEMAT, 2007.



Orong. PROESI, Série Experiências Didáticas. Barra do Bugres: UNEMAT, 2007.



Festas e Rituais Tapirapé. F.I.I., Série Experiências Didáticas. Barra do Bugres: UNEMAT, 2009.



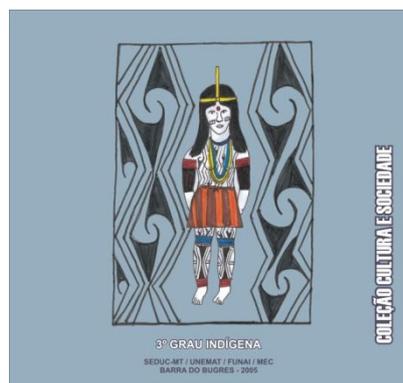
MĀjtyriPeXema`eārĀGyParagetĀ`i. F.I.I., Série Experiências Didáticas. Barra do Bugres: UNEMAT, 2009.



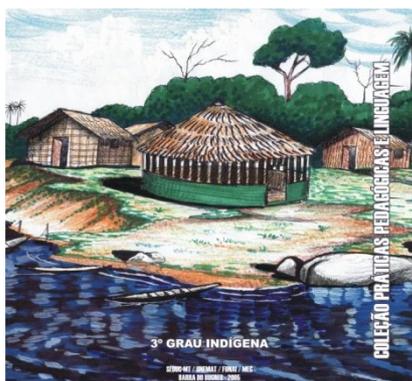
5.1.4 Série Práticas Interculturais



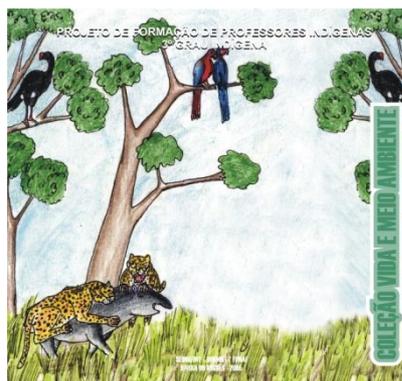
Pitoga Mkné Txikão, Enas Januario, Fernando Selleri Silva, *Brinquedos e Brincadeiras Ikipeng*, Série Experiências Didáticas F.I.I, Barra do Bugres: UNEMAT, 2010.



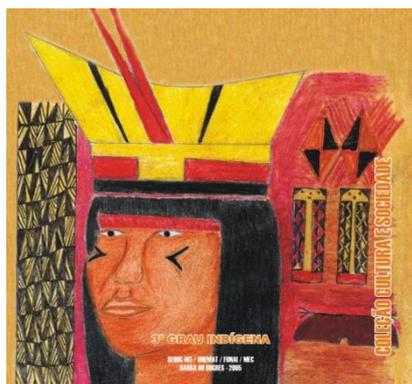
Cultura e Sociedade. 3º Grau indígena, Série Práticas Interculturais. Barra do Bugres: UNEMAT, 2005.



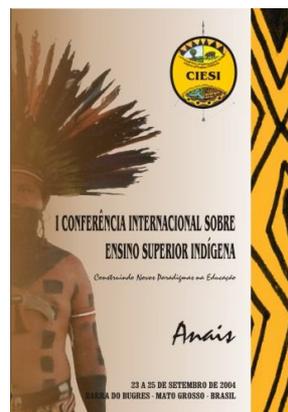
Práticas Pedagógicas e Linguagem. 3º Grau Indígena, Série Práticas Interculturais. Barra do Bugres: UNEMAT, 2005.



Vida e Meio Ambiente. 3º Grau Indígena, Série Práticas Interculturais. Barra do Bugres: UNEMAT, 2005.



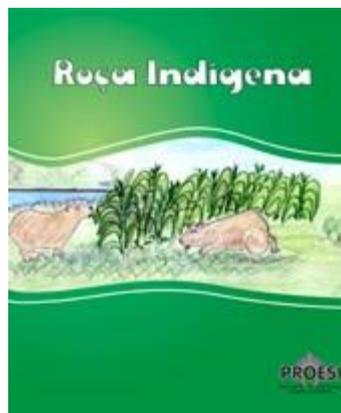
Cultura e Sociedade Vol. 2. 3º Grau Indígena, Série Práticas Interculturais. Barra do Bugres: UNEMAT, 2005.



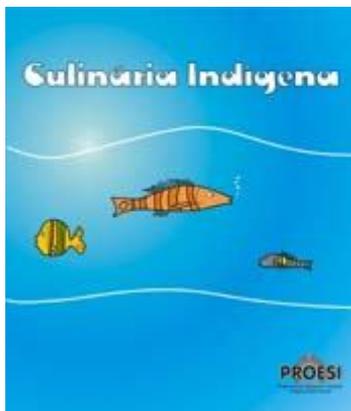
I Conferência Internacional Sobre Ensino Superior Indígena: Construindo Novos Paradigmas na Educação. 3º Grau Indígena. Barra do Bugres: UNEMAT, 2005.



Marcadores Indígenas do Tempo. PROESI, Série Práticas Interculturais. Barra do Bugres: UNEMAT, 2008.



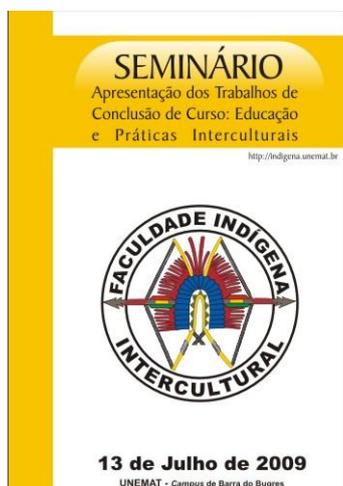
Roça Indígena. PROESI, Série Práticas Interculturais. Barra do Bugres: UNEMAT, 2008.



Culinária Indígena. PROESI, Série Práticas Interculturais. Barra do Bugres: UNEMAT, 2008.



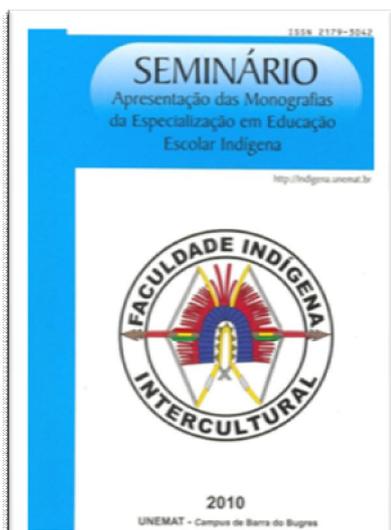
Território Indígena. PROESI, Série Práticas Interculturais. Barra do Bugres: UNEMAT, 2008.



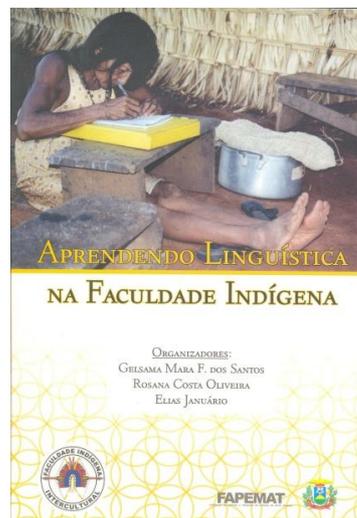
Seminário, Apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso: Educação e Práticas Culturais, F.I.I.. Barra do Bugres: UNEMAT, 13 de Julho de 2009.



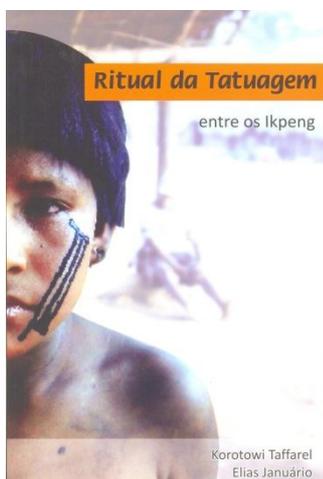
Dicionário Enciclopédico de Palavras Indígenas



Seminário Apresentação das Monografias da Especialização em Educação Escolar Indígena, F.I.I. Barra do Bugres: UNEMAT, 2010.



Aprendendo Linguística na Faculdade Indígena Série Práticas Interculturais. Faculdade Indígena Intercultural, Barra do Bugres: UNEMAT, 2010.



Ritual da Tatuagem: Entre os Ikpeng, Série Práticas Interculturais. Faculdade Indígena Intercultural Barra do Bugres: UNEMAT, 2010.



5.1.5 Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos dos Povos Indígenas



A Faculdade Indígena Intercultural, vinculada à Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, lançou em parceria com a Editora Entrelinhas e as Nações Unidas(ONU) a **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**, aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 13 de setembro de 2007, depois de 22 anos de discussão. O lançamento aconteceu no dia 06 de outubro, na abertura da Feira do Livro Indígena de Mato Grosso, na praça da República em Cuiabá.





5.2 Banco de dados informatizado

- **Acervo bibliográfico:** possui atualmente 3.712 exemplares cadastrados, em sua maioria, relacionados à questão indígena, a disposição da comunidade acadêmica na Biblioteca do Campus de Barra do Bugres.

Registro	IND2060	Classificação	Livro Didático
Título	Novo Tempo - Ensino Fundamental 4ª Série		
Tópico	Matemática	Exemplar	Nro Exemplar
Editora	Editora Scipione	Modo de Aquisição	Doação
Local	São Paulo	Preço	
Ano	2003	Data	27/05/03
Edição	ED. 2	Área	CMN
Volume		Nro Área	10383n
Páginas	300	Consultar Nro	
CDD		Categoria	
Assuntos	Matemática/4ª Série	Autor	
		▶ Imenes, Luiz Márcio	
		Jakubovic, José	
		Lellis, Marcelo Cestari Terra	

Formulário utilizado para catalogação do acervo bibliográfico no banco de dados.

- **Acervo fotográfico:** possui atualmente 6.213 fotos catalogadas.

Nro da Foto	IND2553
Local	Barra do Bugres - MT
Assunto	Aula Inaugural
Durante	I Etapa de Estudos Presenciais
Data	Julho de 2001
Tamanho	10x12 cm
Fotógrafo	Mário Vilela
Observação	

Formulário utilizado para catalogação do acervo fotográfico no banco de dados.



Documentação: atualmente 57.540 documentos catalogados, compondo este acervo trabalhos desenvolvidos pelos acadêmicos, documentação de docentes e acadêmicos, documentos administrativos, entre outros.

Código do Documento	<input type="text" value="19279"/>
Classificação	<input type="text" value="20.8"/>
Nro de Ordem	<input type="text" value="014"/> <input type="button" value="Consultar Nro"/>
Etapa	<input type="text" value="Indefinida"/>
Nro do Documento	<input type="text"/>
Data	<input type="text" value="26/05/2003"/>
Local	<input type="text" value="Cuiabá"/>
Área	<input type="text" value="Indefinida"/>
Assunto Resumo	Relatório coordenação: Reunião com os secretários de Educação Municipal das áreas Xavante com a SEDUC, FUNAI, MEC e Conselho Nacional.
Observação	Arq.corrente

documentação no banco de dados.

- **Acervo etnográfico:** possui atualmente 888 peças catalogadas.

Objeto Nro	<input type="text" value="ND 465"/>	Função	<input type="text" value="Indefinida"/>
Etnia	<input type="text" value="Irantxe"/>	Modo de Aquisição	<input type="text" value="Indefinido"/>
Local	<input type="text" value="Mato Grosso"/>	Data da Entrada	<input type="text" value="22/07/2003"/>
Nome do Objeto	<input type="text" value="Cesto"/>	Conservação	<input type="text" value="Bom"/>
Nome Indígena	<input type="text"/>	Foto	<input type="text"/>
Categoria	<input type="text" value="trançados"/>		
Nro de Peças	<input type="text" value="1"/>		
Material	<input type="text" value="Palha"/>		
Descrição	<input type="text"/>		

Formulário utilizado para catalogação do acervo etnográfico no banco de dados.



- **Videoteca:** conta com 158 exemplares cadastrados, reunindo fitas de vídeo, fitas cassete e CD-ROMs.

Código da Mídia	ND 102
Tipo de Mídia	CD
Título	Princípios da Química
Idioma	Português
Distribuidora	Bookman
Data da Gravação	1999
Modo de Gravação	Indefinido
Modo de Aquisição	Indefinido
Preço	
Duração	
Conteúdo	Questionamento a Vida Moderna e o Meio Ambiente

Formulário utilizado para catalogação dos títulos que compõem a videoteca do PROESI.

- **Dados referentes aos acadêmicos:** possui os dados pessoais de cada acadêmico, necessários à equipe administrativa, além de dados sobre a realidade educacional, dados sobre a situação lingüística e dados antropométricos.

Matrícula	01.2.97.076	Pontuação Vest	7,34
Nome	Abrão Tsibupa Xavante	Habilitação	LAL
Sexo	Masculino	Regional	Campinápolis
Nome da Mãe	Terezinha Xavante	Correspondência	Aldeia São Pedro
Nome do Pai	Jacó Tsibupa Xavante	Telefone	(66) 437 1318
Etnia	Xavante	E-mail	
Aldeia	São Pedro	Foto	
Município	Campinápolis		
Nascimento	19/08/1954		
Naturalidade	Couto Magalhães/MT		
Identidade	12395293		
Expeditor	CCP/CP		
Título Eleitoral			
CPF	004.940.478-44		

formacao	instituicao	municipio	conclusao
Magistério - Projeto Tucum	Escola Estadual de Suplênci	Água Boa	2001
*			0

profissao	escola	serie
Professor Titular	E.I. Imaculada Conceição	1ª série
*		

Formulário utilizado para registro dos dados pessoais de cada acadêmico no banco de dados.



6 BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, E.M.L.S. *Psicologia e Criatividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- ALMEIDA, S.F.C. (Org.) *Psicologia Escolar: ética e competências na formação e atuação profissional*. Campinas, SP: Editora Átomo, 2003.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio: Graal, 1989.
- ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Ars Poética, 1996.
- AQUINO, J. G. *Autoridade e Autonomia na Escola: alternativas teóricas e práticas*. SP: Summus, 1999.
- BARBIER, Jean-Marie. *Elaboração de Projetos de Ação e Planificação*. Porto: Porto Editora, 1996.
- BOUFLEUER, José Pedro. *Educação e construção do conhecimento no paradigma da comunicação*. In: CHASSOT, Attico; BOUFLEUER, José Pedro. *Docência e Pesquisa*. Ijuí : Ed. UNIJUÍ, 1995. (Cadernos UNIJUI. Série Educação, 5).
- BOURDIEU, P.PASSERON, J.C. 6. ed. *A Reprodução: elementos para uma teoria do Ensino*. Rio: Francisco Alves, 2002.
- BUFFA, Éster. *Educação e Cidadania: Quem educa o Cidadão?* São Paulo: Cortez, 1987.
- BOURDIEU, Pierre.(Coord) . *A miséria do mundo*. 3ª ed.Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRANDÃO, C. R. (org.). 3. ed. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense. 1992.
- BRANDÃO, C. R. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394*. Brasília: 1996.
- _____, Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnologia/MEC. 1999.
- _____, Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental/MEC. 1998.
- _____, Ministério da Educação. *Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental/MEC. 2001.
- _____*Portaria CNE nº 5, de 13 de dezembro de 2005*. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2005.



_____ *Resolução CNE/CP n 1, de 15 de maio de 2006.* Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2006.

FREIRE, P. 8 ed. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação*, 4a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GADOTTI, M. *Pressupostos do projeto pedagógico*. In Conferência Nacional de Educação para todos, 1. Anais. Brasília: MEC, 1994.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação: Mito & Desafio*. Porto Alegre, RS: Educação e Realidade, 1992.

LUCKESI, Cipriano e outros. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. São Paulo: Cortez, 1984.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo : EPU, 1986.

MORIN, Edgar. *Educação e a Complexidade do Ser e do Saber*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SETUBAL, M. A. *Cidadania, projeto pedagógico e identidade da escola*. Brasília: MEC; UNESCO, 1994. (Cadernos Educação Básica).

SILVA, Marco. *Sala de aula interativa*. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.



7 ANEXOS

7.1 ATOS NORMATIVOS